

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM AGRICULTURA FAMILIAR  
CAMPONESA E EDUCAÇÃO DO CAMPO**

**ESTRATÉGIAS SOCIOECONÔMICAS DA  
AGRICULTURA CAMPONESA: A TRAJETÓRIA DE  
VIDA DE UMA FAMÍLIA DE AGRICULTORES NO  
ASSENTAMENTO FILHOS DE SEPÉ, VIAMÃO – RS**

**MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO**

**Dayana Cristina Mezzonato Machado**

**Santa Maria, RS, Brasil  
2015**

**ESTRATÉGIAS SOCIOECONÔMICAS DA AGRICULTURA  
CAMPONESA: A TRAJETÓRIA DE VIDA DE UMA FAMÍLIA  
DE AGRICULTORES NO ASSENTAMENTO FILHOS DE  
SEPÉ, VIAMÃO - RS**

**Dayana Cristina Mezzonato Machado**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) como requisito parcial para obtenção do título de **especialista em Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo**.

Orientadora: Prof. Dr<sup>a</sup>. Leonice Aparecida de Fatima Alves Pereira Moura

**Santa Maria, RS, Brasil  
2015**

## FICHA CATALOGRÁFICA

MACHADO, Dayana Cristina Mezzonato

ESTRATÉGIAS SOCIOECONÔMICAS DA AGRICULTURA CAMPONESA: A  
TRAJETÓRIA DE VIDA DE UMA FAMÍLIA DE AGRICULTORES NO  
ASSENTAMENTO FILHOS DE SEPÉ, VIAMÃO – RS

Monografia de Pós Graduação – Especialização em Agricultura Familiar  
Camponesa e Educação do Campo – Universidade Federal de Santa Maria

1. Campesinato
2. Estratégia socioeconômica
3. Assentamentos de reforma agrária

**Universidade Federal de Santa Maria  
Centro de Ciências Rurais  
Curso de Especialização em Agricultura Familiar Camponesa e  
Educação do Campo**

A Comissão avaliadora abaixo assinada,  
aprova a seguinte monografia de especialização

**ESTRATÉGIAS SOCIOECONÔMICAS DA AGRICULTURA  
CAMPONESA: A TRAJETÓRIA DE VIDA DE UMA FAMÍLIA DE  
AGRICULTORES NO ASSENTAMENTO FILHOS DE SEPÉ, VIAMÃO –  
RS**

Elaborada por  
**Dayana Cristina Mezzonato Machado**

Como requisito parcial para obtenção do título de  
**Especialista em Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo**

**Comissão examinadora**

Leonice Aparecida de Fatima Alves Pereira Moura, Dr<sup>a</sup>.  
(Presidente/orientadora)

Everton Lazzaretti Picolotto (UFSM)

Sérgio Botton Barcellos (UFPeI)

Santa Maria, 20 de outubro de 2015

## RESUMO

Monografia de Especialização em Agricultura Familiar e Camponesa e  
Educação do Campo  
Universidade Federal de Santa Maria

### **ESTRATÉGIAS SOCIOECONÔMICAS DA AGRICULTURA CAMPONESA: A TRAJETÓRIA DE VIDA DE UMA FAMÍLIA DE AGRICULTORES NO ASSENTAMENTO FILHOS DE SEPÉ, VIAMÃO – RS**

AUTORA: DAYANA CRISTINA MEZZONATO MACHADO

ORIENTADORA: LEONICE APARECIDA DE FATIMA ALVES PEREIRA MOURA

O trabalho em questão analisou a trajetória de vida e as estratégias socioeconômicas de uma família de agricultores do sul do Brasil. Seu José e dona Emília nasceram na região noroeste do Rio Grande do Sul e migraram para a região metropolitana de Porto Alegre através da inserção na luta pela terra e pela reforma agrária junto ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. A pesquisa foi realizada no Assentamento Filhos de Sepé, município de Viamão, RS e pretendeu entender como os agricultores camponeses responderam aos diversos processos de transformação pelos quais o meio rural passou nas últimas cinco décadas. Optou-se pela metodologia qualitativa através do método *História de vida* que teve como objetivo dar voz aos atores locais, considerando, assim, os saberes daqueles que não tiveram oportunidades de ser parte do discurso dominante. A adoção desse método também se deu pelo fato do mesmo proporcionar vínculos entre aspectos subjetivos com questões sociais. Do ponto de vista econômico, a busca pela autonomia, o domínio dos recursos, a coprodução (homem e natureza), a relação estreita entre o autoconsumo e o mercado, a inserção em processos cooperados e a pluriatividade foram algumas das respostas que a família pesquisada encontrou ao longo da vida. Dentre os aspectos sociais predominantes estão aqueles vinculados a possibilidade de educação para os filhos, a vida em comunidade e a sociabilidade.

**Palavras chave:** Campesinato. Estratégias socioeconômicas. Assentamentos.

## **ABSTRACT**

Monografia de Especialização em Agricultura Familiar e Camponesa e  
Educação do Campo  
Universidade Federal de Santa Maria

### **SOCIO-ECONOMIC STRATEGIES OF PEASANT AGRICULTURE: CASE STUDY OF A FAMILY FARMERS IN FILHOS DE SEPÉ, VIAMÃO - RS**

AUTORA: DAYANA CRISTINA MEZZONATO MACHADO

ORIENTADORA: LEONICE APARECIDA DE FATIMA ALVES PEREIRA MOURA

The case study in question, which depicts the life story of a family of farmers, is not intended as a sample of the universe, from quantitative data, but brings illustratively some aspects of reality that are in line with the theory. The paper analyzes the socioeconomic strategies adopted by farmers of peasant base. Through the life history methodology the study describes the trajectory of a family of farmers coming from the northwest region of Rio Grande do Sul who migrated to the metropolitan area of Porto Alegre by inserting the struggle for land and agrarian reform organized from the Movement the Landless Workers. The survey was conducted in the settlement of Filhos de Sepé, the city of Viamão, RS and intended to understand how peasant farmers responded to agricultural modernization processes remaining in the field despite the hostile conditions imposed on them. From an economic point of view, the struggle for autonomy and mastery of resources, co-production between the self-consumption and the market insertion in cooperative processes and pluriactivity were some of the answers that the family searched for. Among the prevailing social aspects are linked to the possibility of education for their children, community life and the possibility of sociability.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>8</b>
<b>2 ALGUNS APONTAMENTOS TEÓRICOS.....</b>	<b>10</b>
<b>3 O LOCAL DA PESQUISA .....</b>	<b>18</b>
<b>3.1 O Município de Viamão.....</b>	<b>18</b>
<b>3.2 A Reforma Agrária em Viamão .....</b>	<b>19</b>
<b>3.3 A Luta pela Terra e o Assentamento Filhos de Sepé.....</b>	<b>21</b>
<b>4 A História de Vida de José Bastos e Emília: Estratégias socioeconômicas da agricultura camponesa.....</b>	<b>25</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>41</b>
<b>6 BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>45</b>

## 1 Introdução:

O presente texto é o trabalho de conclusão do curso de especialização em Agricultura Familiar e Camponesa e Educação do Campo, Residência Agrária, realizado pela Universidade Federal de Santa Maria no período compreendido entre 2013 e 2015. Pretendeu-se analisar a trajetória de vida de uma família de agricultores e analisar, com base na literatura corrente, sobre as estratégias socioeconômicas adotadas por eles frente ao processo de modernização da agricultura.

A partir de meados da década de 60 do século XX se intensificou no Brasil as políticas agrícolas que receberam o nome de “modernização da agricultura”. Os efeitos desse processo são bem conhecidos pela academia e pela sociedade: aumento da produtividade agrícola, aumento das exportações, concentração de renda e de terra, migrações, dentre outras. Assim, com o advento do capitalismo a migração campo-cidade tornou-se uma forte tendência no país e em várias partes do mundo. No entanto, tal tendência, apesar de ter convertido a população brasileira de majoritariamente rural para urbana ao final do século XX, não se generalizou e o espaço rural continua sendo ocupado por diversas populações. Por que alguns agricultores não seguiram as tendências de migrarem para centros urbanos? Como os agricultores que vivenciaram o processo de modernização da agricultura e de transformação do meio rural perceberam essas mudanças? Para tanto o estudo pretendeu compreender quais foram as estratégias socioeconômicas construídas por esses agricultores frente esse cenário até o dias atuais.

A metodologia *História de vida* escolhida para ser utilizada nessa pesquisa teve o objetivo de dar ênfase aos atores locais. A proposta foi retratar a trajetória de uma família contada por ela mesma, considerando a posição da pesquisadora como uma interlocutora que buscou dialogar a realidade específica contada pela família com aspectos macro da realidade encontrada na literatura. Esta família foi escolhida pela autora por três razões; a primeira diz respeito à relação de confiança estabelecida entre a pesquisadora e o casal, tal relação foi construída ao longo do trabalho conjunto de assessoria técnica e extensão rural (ATES). A segunda é pelo fato de o casal possuir origem rural e ter vivido toda a vida no campo, como agricultores. Ambos têm mais de 55 anos o que permite expressar elementos do

período no qual o trabalho em questão pretendeu estudar. E a terceira razão é por estarem no assentamento desde o início da sua criação (há 16 anos).

O envolvimento da autora com o trabalho profissional em extensão rural e reforma agrária trouxe o desafio de melhor compreender quem é o sujeito social que atualmente vive no campo. As políticas públicas voltadas para as populações do campo, em especial em assentamentos de reforma agrária, devem levar em consideração o que tais sujeitos pensam e quais são suas aspirações. Para tanto, é fundamental conhecer quais são as estratégias que os agricultores elaboram ao longo de suas vidas, reconhecendo que os mesmos são agentes em nossa sociedade.

A pesquisa foi realizada no Assentamento Filhos de Sepé, em Viamão a partir do estudo de caso de uma família de agricultores camponeses e está organizado da seguinte forma: o primeiro capítulo traz alguns elementos da teoria iniciando com uma breve análise sobre o processo da modernização agrícola a partir da década de 1960 e realiza uma reflexão teórica a respeito do conceito de campesinato e condição camponesa. Ainda no primeiro capítulo é realizada a discussão sobre o enfoque teórico da *perspectiva orientada ao ator* que foi adotada pelo trabalho em questão. No segundo capítulo apresentamos elementos sobre o local da pesquisa, o Assentamento Filhos de Sepé, no qual a família estudada vive, desde o momento da sua criação em 1998. O capítulo terceiro retrata o estudo de caso da família de agricultores: seu José e dona Emília, no qual, a partir da metodologia *História de Vida*, buscou-se descrever as diversas fases da vida da família e as ações desenvolvidas pela mesma ao longo de sua trajetória de agricultores. O quarto, e último, capítulo traz algumas considerações finais sobre quais seriam as estratégias socioeconômicas a luz dos autores que têm considerado o campo de estudos da agricultura camponesa. A compreensão de algumas das estratégias adotadas por famílias de agricultores camponeses pode nos ajudar a identificar novas (ou reafirmar) algumas tendências para o meio rural brasileiro.

## 2 ALGUNS APONTAMENTOS TEÓRICOS

A partir de meados da década de 1960 o espaço rural brasileiro intensificou o processo denominado modernização agrícola, para Kageyama, et alii (1990), esse processo se deu principalmente pela mudança na base técnica da produção agrícola.

“É um processo que ganha dimensão nacional no pós-Guerra com a introdução de máquinas na agricultura (tratores importados), de elementos químicos (fertilizantes, defensivos, etc.), mudanças de ferramentas e mudanças de culturas ou novas variedades. É uma mudança na base técnica da produção que transforma a produção artesanal do camponês, à base da enxada, numa agricultura moderna, intensiva, mecanizada, enfim, uma nova maneira de produzir.” (KAGEYAMA, et alii, 1990, p. 113)

O governo civil-militar, que dirigiu esse processo que ficou conhecido como a modernização conservadora<sup>1</sup>, conciliou empréstimos financeiros de capitais internacionais com aplicações em investimentos de promoção da inovação tecnológica. A Lei nº4. 829, de 5 de novembro de 1965, que institucionalizou o crédito rural, apresentava como um de seus objetivos “incentivar a introdução de métodos racionais de produção, visando ao aumento da produtividade e à melhoria do padrão de vida das populações rurais, e à adequada defesa do solo”.

A política econômica formulada para esse período retrata bem os aspectos da modernização agrícola. De acordo com Kageyama et alii (1990) o Sistema Nacional de Crédito Rural foi criado juntamente com a Reforma do Sistema Financeiro que previa que parte dos recursos captados pelos bancos deveria ser transferida ao setor agrícola. O crédito agrícola cresceu 329% entre 1970 e 1979.

“Percebe-se nela a grande evidencia na liberalidade da política de crédito rural, a prodigalidade dos incentivos fiscais (principalmente nas desonerações do Imposto de Renda e do Imposto Territorial Rural) e ainda o aporte direto e expressivo do gasto público na execução das políticas de fomento produtivo e comercial, dirigidas às clientelas das entidades criadas ou recicladas no período (SNCR, Política de Garantia de Preços, Proagro, Pesquisa e Extensão Rural).” (DELGADO, 2012; p. 14)

---

<sup>1</sup> De acordo com Delgado (2012) a modernização conservadora foi um processo de constituição de complexos agroindustriais e mudança na base técnica de produção rural que fortaleceu e aprofundou o caráter heterogêneo da agricultura brasileira – do ponto de vista técnico, social e regional. No bojo da modernização conservadora convivem uma agricultura tradicional, não industrializada.

Uma importante característica da política econômica daquele período foi a sua relação com organismos internacionais. O Brasil assistiu a maior entrada de capitais até então. O país vivia sob a égide do “milagre econômico”, a propaganda do “Brasil potência” e o lema de “segurança e desenvolvimento” se espalharam por todo o país. Em contra partida, a dívida externa foi assumindo patamares assustadores.

“O que estava em causa, diziam, era a ‘criação de uma sociedade industrial nos trópicos’. Tratava-se de aproveitar a ocasião, isto é, a aliança entre Estado e o capital monopolista, para converter o Brasil em “potencia mundial”, ou, no mínimo, “continental”. Para isso, abria-se ainda mais o país ao capital imperialista e acentuava-se, também, a superexploração do proletariado e do campesinato. Havia um singular tropicalismo na ditadura fascistóide instalada desde 64.”(IANNI; 1981. P.11)

Em meados da década de 1980 esse processo de modernização começou a dar os primeiros sinais dos seus limites. Segundo Silva (1998) a moratória do México de 82<sup>2</sup> alterou as condições de financiamento da dívida externa nos países da América Latina, o que promoveu o refluxo dos capitais internacionais. Entre 1981 e 1984 o país passa por uma recessão econômica na qual a estratégia do governo ditatorial de então foi buscar saldos comerciais a partir das exportações do setor agrícola e agroindustrial.

Silva (1998) considera a década de 1980 como a ‘década perversa’. Na primeira metade dos anos 80 o declínio da modernização já era evidente face à década de 70.

Os censos agropecuários constataram a redução da aquisição de maquinário, diminuição da taxa de área cultivada, menos recurso destinado ao crédito rural, diminuição do consumo de adubo e calcário. Ficou evidenciado que a modernização foi seletiva e desigual, concentrada para alguns setores. Apenas 7% das propriedades rurais possuíam tratores e estes estavam concentrados na região Centro-Sul. (SILVA, 1998, p.123.)

---

<sup>2</sup> Após um crescimento acelerado de quatro anos, a economia mexicana, em 1982, mergulha na recessão: o déficit do setor público atinge o nível, sem precedentes, de 16% do PIB, a inflação é de 100%, o balanço de conta corrente afixa um saldo negativo devido ao pagamento de US\$ 15 bilhões a título de serviço da dívida externa, apesar de um excedente na balança de bens e serviços. Esta situação desemboca na nacionalização dos bancos (no sentido de evitar a fuga de capitais) e finalmente, na moratória, decretada pelo novo Presidente, Miguel de la Madrid. (ZYLBERSZTAJN, 1987)

O início da década de 1990 foi marcado por uma profunda crise econômica. O governo de Collor promoveu o enxugamento da máquina estatal: extinção do Instituto do Açúcar e Alcool (IAA), do Instituto Brasileiro do Café (IBC) e da Empresa Brasileira de Extensão Rural (EMBRATER). De acordo com Silva (1998) o desmonte do aparato estatal e a promoção de políticas neoliberais (como a não indexação dos preços agrícolas e a redução do crédito rural) foi menos uma opção ideológica, na verdade se deu em função da ausência de recursos governamentais.

Nos anos 2000 o projeto de modernização conservadora da agricultura se reestruturou, depois da crise sofrida desde a segunda metade dos anos oitenta até final dos 90. Segundo Delgado (2014), ocorreu um processo de reprimarização<sup>3</sup> do comércio exterior brasileiro

“organiza-se internamente como pacto de poder entre cadeias agroindustriais, grande propriedade fundiária e o Estado, sob a forma de uma hegemonia política, contando com forte aparato ideológico (mídias, academia, burocracia), de certa forma dispensável durante o regime militar. Conta também com uma sólida bancada ruralista, que era também dispensável no período dos governos militares.” (DELGADO, 2014, p.08)

Para Medeiros (2015) a modernização conservadora significou – além das mudanças técnicas ressaltadas anteriormente – a expropriação dos trabalhadores do campo

“(expulsos tanto do interior das fazendas, como das posses em áreas que se tornaram objeto do avanço das empresas), gerando migrações para outras áreas em busca de terras ainda não apropriadas pelo capital, ao mesmo tempo em que se dava o crescimento desordenado das periferias das pequenas e médias cidades do interior.” (MEDEREIROS, 2015, p. 343 e 344)

Na busca por compreender as dimensões sobre o processo de modernização agrícola, Moacir Palmeira (1989) vai observar as transformações ocorridas além das mudanças tecnológicas. Para ele houve um processo de expropriação do campesinato, não apenas dos seus meios de produção, mas das suas relações sociais.

---

<sup>3</sup> A reprimarização da economia brasileira denominada por Delgado (2012) foi o processo de retorno a economia de base primária exportadora a partir dos anos 2000 como central na geração de saldo na balança comercial brasileira. Diz-se reprimarização pelo fato de o país já ter utilizado essa estratégia econômica com a cana de açúcar, o café e o álcool em outros períodos históricos.

“Trata-se menos de despojamento dos trabalhadores rurais de seus *meios de produção*, pois destes, de alguma maneira, já haviam sido ou sempre estiveram expropriados, mas de sua expropriação de relações sociais, por eles vividas como *naturais*, que tornam viável sua participação na produção e sobre as quais, por isso mesmo, exercem algum controle que se traduz num certo *saber fazer*.” (PALMEIRA, 1989, p. 89)

Pelo exposto acima é possível afirmar que o processo de modernização promoveu mudanças profundas no espaço rural brasileiro, transformando a base tecnológica da produção, com impactos nas relações sociais, no ambiente e na relação homem natureza. Com afirma Graziano da Silva, foi um processo desigual e seletivo.

É propósito de este estudo descrever como foi a percepção de uma família de agricultores que vivenciou esse período, bem como as estratégias socioeconômicas que a mesma encontrou frente às situações em que a nova realidade os colocou. Nesse sentido foi escolhida uma família de agricultores que vivenciou o processo de modernização da agricultura já na idade adulta. Foi escolhida a metodologia *História de vida* com o objetivo de dar ênfase aos atores locais. A proposta foi retratar a trajetória da família camponesa contada por ela mesma, considerando a posição do pesquisador como um interlocutor que buscou o diálogo entre a realidade específica contada pela família e os aspectos macro da realidade apontados pela literatura. Como nos esclarece Guérios (2011):

“Os estudos subjetivistas de *histórias de vida* privilegiam a observação exclusiva dos discursos de um dado indivíduo, desconsiderando a regulação operada sobre ele pelos meios sociais a que está ligado. [...] as implicações das diferenças de escalas (micro e macro) na produção de legibilidade sobre os fenômenos sociais possibilitam neutralizar os efeitos das limitações impostas por estes dois tipos de *démarche* no estudo de trajetórias de vida.” (GUÉRIOS, 2011, p. 14)

A metodologia história de vida é um relato pessoal, mas ele é também social, pois o sujeito que relata reflete a sua história sempre inserida em algum contexto. Assim, a partir do relato individual podem-se conhecer as relações que se deram no entorno de quem narra. “Histórias de vida, por mais particulares que sejam, são sempre relatos de práticas sociais: das formas com que o indivíduo se insere e atua no mundo e no grupo do qual ele faz parte”. (Bertaux *apud* Spindola e Santos, 2003, p. 121)

A pesquisadora considerou as abordagens de Long e Ploeg interessantes para ajudar a compreender os sujeitos sociais do objeto em estudo. Segundo os autores não é possível explicar a existência de camponeses exclusivamente pelo viés econômico e produtivo. Ploeg (2013) está preocupado com o desaparecimento do campesinato nos estudos sobre o espaço rural. Segundo ele, a ciência voltou-se para os empresários agrícolas fazendo desaparecer os camponeses, principalmente nos espaços em que os projetos de modernização tiveram sucesso.

“A ciência gera tanto conhecimento como ignorância. Um dos ‘buracos negros’ criados pela ciência tem ocultado a forma como os camponeses atuam no mundo moderno. Isto significa que o fenômeno camponês tem sido relegado para lugares remotos, escondidos na história e na periferia. Foi a ciência que criou uma imagem e um modelo de “empresário agrícola””. (PLOEG, 2008. p 33)

O meio rural é composto hoje por uma diversidade de formas de fazer agricultura, uma mistura “confusa” e altamente diversificada. Nesse sentido, Ploeg considera que os sujeitos no campo não possuem modos de fazer agricultura ‘engessados’, estes se transformam ao longo do tempo, hora com práticas tradicionais, hora com práticas industriais ou mecanizadas.

Ploeg (2013) introduz o conceito da condição camponesa que irá determinar o modo camponês de fazer agricultura. A condição camponesa está vinculada às características da luta por autonomia em face de um ambiente hostil (marginalização, privações). O agricultor frente a essa situação busca o autocontrole dos recursos (sementes, terra, máquinas) através de mecanismos como a coprodução entre ser humano e natureza garantindo o autoconsumo e a interação com o mercado, o que lhe garante uma determinada autonomia, conseqüentemente reduzindo a dependência. Eventualmente os agricultores poderão se fortalecer através de atividades não agrícolas e organizar formas de cooperação.

“A condição camponesa representa um fluxo através do tempo. Ela é, pelo menos, potencialmente, um processo dinâmico que pode se desenvolver em direções diferentes, com ritmos diferentes e através de mecanismos distintos, dependendo da formação social em que estiver imersa. Esse processo também pode ser bloqueado. Nesse caso ocorrerá estagnação ou regressão, mais uma vez através de uma variedade de formas ligadas ao tempo e ao lugar. Sendo essencialmente um processo, torna-se possível do ponto de vista analítico, discutir a condição

camponesa em termos de descampesinização e recampesinização.” (PLOEG, 2013, p. 54)

Para ele, em plena era da globalização os camponeses serão capazes de construir espaços de manobras em uma luta constante por autonomia. Em todo o mundo, os camponeses enfrentam a dependência, privações e os perigos implícitos de uma maior marginalização.

Ao se propor o debate sobre o campesinato no atual contexto de desenvolvimento do capitalismo Ploeg não está sugerindo o retorno do camponês aos séculos passados. Ele reconhece as metamorfoses pelas quais o campesinato passou e enfatiza a tese de que, apesar de todas as privações e do ambiente hostil que o “Império Agroalimentar”<sup>4</sup> gera em desfavor do camponês, esse sempre encontra um “jeito de dar um jeito”.

Nesse mesmo sentido, Wanderley (2013) afirma que não é mais possível explicar a presença de agricultores familiares e camponeses na sociedade atual como uma simples reprodução do campesinato tradicional. Para ela esteve e está em curso, um processo de mudanças profundas que afetam precisamente a forma de produzir e a vida social dos agricultores. “Porém, parece evidente, como já foi dito, que a “modernização” dessa agricultura não reproduz o modelo clássico (refiro-me aqui aos outros “clássicos”) da empresa capitalista, e sim o modelo familiar.” (Wanderley, 2013, p.43)

Chayanov (1991) buscou compreender o funcionamento das unidades familiares de produção camponesa. Essa só considerava vantajoso o investimento de capital caso este possibilitasse um nível de bem estar mais elevado; de outro modo, restabelece o equilíbrio entre penosidade do trabalho e satisfação da demanda. Para ele o grau de auto-exploração é determinado por um peculiar equilíbrio entre a satisfação da demanda familiar e a própria penosidade do trabalho. “Alguns estudos empíricos demonstram que, em inúmeros casos, as peculiaridades estruturais da exploração familiar camponesa abandonam a conduta ditada pela fórmula costumeira de cálculo capitalista do lucro.” (CHAYANOV, 1981, p.140).

---

<sup>4</sup> Para Ploeg o Império Agroalimentar é a combinação contraditória, mas sistemática, de dois princípios orientadores: o mercado global e o sistema da linha de montagem. Combinados, esses dois princípios resultam, por exemplo, nas chamadas cadeias alimentares. Nos impérios alimentares, a produção (incluindo a agricultura) foi segmentada em uma série infindável de subtarefas que são, em si mesmas, relativamente simples e monótonas, e que constituem operações que formam parte de uma linha de montagem bem mais vasta.

Chayanov (1981) sugere que as formas econômicas não são estáticas e metamorfoseiam-se constantemente. O avanço do capitalismo não necessariamente implicaria no desaparecimento dos camponeses.

“Geralmente, os sistemas econômicos existem lado a lado, e constituem conglomerados bastante complexos. Ainda hoje, significativos blocos de unidades camponesas de trabalho familiar estão disseminados na economia capitalista mundial. Formações econômicas que lembram os tipos econômicos feudal ou escravo ainda se encontram disseminadas nas colônias e Estados da Ásia. Analisando o passado econômico deparamo-nos com maior frequência, pode-se dizer constantemente, com essa coexistência, as vezes de economia escrava junto com a servidão e a economia de trabalho livre, etc.” (CHAYANOV, 1981, p. 162)

De acordo com Kautsky (1986), teórico marxista clássico, a crescente inserção do capitalismo no meio rural obriga o camponês a se relacionar cada vez mais com os mercados; sendo esta uma das razões responsáveis pelo fim do campesinato. Com uma tecnologia tradicional e sem capital, o camponês fica sem condições de competir com os produtos das empresas capitalistas, acaba se endividando sendo obrigado a migrar e/ou se proletarizar. Conterato (2007) também assinala o processo de mercantilização nesse sentido.

“Por mercantilização entende-se o processo de redução da autonomia das famílias rurais e sua inserção crescente, em circuitos em que predominam as trocas mercantis. Neste processo, as estratégias de reprodução social tornaram-se cada vez mais subordinadas e dependentes, ampliando-se a interação mercantil com o ambiente social e econômico externo.” (CONTERATO, 2007, p.7).

No entanto, a relação dos camponeses com os mercados foi interpretada sob outros enfoques, que consideram a agência dos agricultores. A partir de uma perspectiva orientada ao ator Long e Ploeg (2008) consideram que o agricultor é um sujeito que não está passivo às ações estruturais da economia capitalista. O fato de o mesmo passar a exercer uma relação com o mercado não significa que ele perderá completamente sua autonomia. Nesse mesmo sentido, Niederle (2009) afirma que:

“O processo de mercantilização da vida social e econômica que marcou a trajetória da agricultura se deve mais a um processo conflitivo onde os agricultores desenvolvem diferentes estratégias de resistência e adaptação, congruentes às suas condições socioeconômicas e repertórios culturais, do que ao resultado de uma imposição estrutural dos mercados, do Estado ou de ambos, como geralmente é o caso. A capacidade de resistência contida na agricultura familiar possibilita aos

agricultores criar espaços de manobra e reproduzir suas unidades produtivas mesmo sob a pressão do projeto dominante da modernização.” (NIEDERLE, 2009. P.2 e 3)

Os processos de transformação pelos quais o meio rural passou nas últimas décadas tornou esse espaço mais complexo caracterizando a agricultura como extremamente heterogênea, uma das razões é o fato de os agricultores terem construído diferentes estratégias como respostas às diferentes realidades sob às quais passaram a vivenciar. Buscando envolver tal diversidade Ploeg (2013) propõe uma tipificação para as diferentes formas de se fazer agricultura: agricultura camponesa, agricultura empresarial e agricultura capitalista, sendo as zonas fronteiriças pouco evidentes com movimentos de influxo e refluxo entre elas.

[...] a agricultura familiar abrange duas constelações contrastantes: a forma camponesa e a forma empresarial de se fazer a agricultura. [...] A essência e as principais diferenças entre esses dois contrastantes modos de produção não residem tanto nas relações de propriedade; elas situam-se principalmente nas (diferentes) formas através das quais a produção, a distribuição e a apropriação de valor são ordenadas (PLOEG, 2006, p. 14, *apud* NIEDERLE 2009, p.15).

Wanderley (2003), na sua discussão sobre as rupturas e continuidades do campesinato frente às mudanças ocorridas no campo brasileiro, também vai falar sobre a diversidade e as características que esses sujeitos manifestam em sua forma de fazer agricultura.

“a terra trabalhada por uma família não é apenas um espaço técnico, é também o espaço de uma certa concepção da liberdade individual conquistada sobre a sociedade e, mais ainda contra o Estado [...] em todo lugar, os trabalhadores (da terra) desenvolvem suas iniciativas em continuidade com seus pertencimentos antigos e em luta contra as formas de dominação política ou econômica (RAMBAUD, 1982, p. 118 *apud* WANDERLEY, 2003, p. 52)”

Dentre as estratégias adotadas pelos agricultores familiares, os estudos rurais apontam a migração como uma das opções (ou imposições) colocadas. De acordo com a literatura essa parece ser uma característica constitutiva do campesinato no Brasil, sendo, portanto, parte da estratégia de reprodução social.

“A migração é parte constituinte da experiência histórica de reprodução do campesinato [...] Os grupos camponeses do Brasil são grupamentos que lutam para estar e entrar na terra, e que, na medida em que são expropriados, com frequência buscam retornar para a terra, mesmo que sejam em áreas distantes daquelas em que saíram”. (DESCONSI, 2012, pág 136)

A proposta dessa monografia é tentar articular as respostas, em seus níveis econômico e social, dadas pelos agricultores em face do processo de modernização conservadora no campo brasileiro. Assim, procurou-se analisar em que medida as estratégias adotadas pela família estudada se aproximam ou se afastam daquelas propostas pela literatura corrente sobre a condição camponesa.

Partiu-se dos relatos da história de vida de uma família de agricultores assentados, seus caminhos, 'descaminhos' e suas lembranças (alegres, tristes, detalhadas, generalistas, emotivas, racionais). Buscou-se articular os discursos da família com as condições estruturais criadas pelo avanço capitalista no meio rural. A partir daí foram identificadas as estratégias adotadas pelos camponeses a partir dos seus dilemas na vida cotidiana. Foi utilizado o enfoque orientado ao ator na perspectiva de Norman Long.

De acordo com Long (2007) o mundo de vida dos indivíduos não está preordenado pela lógica do capital ou pela intervenção do Estado. "Respuestas diferenciales a las condiciones estructurales y de explorar as estrategias de sustento así como las disposiciones culturales de los actores sociales involucrados." (LONG, 2007).

Ainda segundo Long (2007) as sociedades contém dentro de si um repertório de estilos de vida diferentes, formas culturais e racionalidades que os membros utilizam na sua busca da ordem e significado, e com os quais eles mesmos jogam parte (intencionalmente ou não) em afirma-los ou re-estruturá-los.

"Las estrategias y las construcciones culturales empleadas por los individuos no aparecen como llovidas del cielo sino que son extraídas de un bagaje de discursos disponibles (verbal y no verbal) que son hasta cierto punto compartidos con otros individuos, contemporáneos y quizá predecesores. (LONG, 2007, P.14)

Assim, os atores inventam maneiras de resolver, ou se possível evitar, situações problemáticas, e comprometem-se ativamente em construir seus próprios mundos sociais. A partir das observações e estudo dos relatos de vida procuraremos identificar em que situações os atores se fizeram agentes como sugere o autor.

O capítulo seguinte consta da apresentação de elementos gerais sobre o local da pesquisa.

### 3 O local da pesquisa

#### 3.1 O município de Viamão

A presente pesquisa foi realizada na zona rural do município de Viamão, município do Rio Grande do Sul, localizado na região leste do estado, a 25 km da capital, Porto Alegre, conforme mostra a Figura 1. Possui 1.494,263 Km<sup>2</sup> de extensão e conta com uma população de 251.033 habitantes, sendo assim o sétimo município mais populoso do estado (DIEL, 2011).



Figura 1: Localização do município de Viamão. Fonte: Diel, 2011.

O município nasceu no século XVIII a partir das estâncias de criação de gado, onde os grandes rebanhos de bovinos e equinos da região da Campanha, no Rio da Prata, transitavam por Viamão para serem comercializados em Laguna (SC).<sup>5</sup> O município foi um dos primeiros núcleos de povoamento do estado (formado por lagunenses, paulistas, escravos, portugueses e indígenas).

A partir de 1752 chegaram os primeiros casais de imigrantes açorianos, aos quais foram doadas sesmarias, na região de Itapuã. Os açorianos se instalaram em propriedades com uma média de 272, 5 hectares por família, tendo entre os plantios

<sup>5</sup> Dados extraídos da internet <http://www.viamaoantigo.com.br/contato.htm>, em 14/06/2014.

mais comuns trigo, feijão, arroz, mandioca, milho, abóbora, hortaliças, frutíferas, etc. (MERTZ, 2002 *apud* PREISS, 2013). Esse fato fomentou grande impulso ao município, que chegou a ser sede do governo do estado entre 1763 a 1773 quando o Império Espanhol ameaçava a colonização portuguesa com sede em Vila do Rio Grande.

Na tabela 1 podemos identificar o crescimento populacional de 1950 a 2010, nesse período a população do município cresceu em 218.430 habitantes. Na década de 50, Viamão contava com 89,4% da população rural, em 30 anos esse número foi para 9,6% e em 2010 chegou aos 6%.

Tabela 1: População em Viamão de 1950 a 2010

População de Viamão de 1950 à 2010								
Ano	1950	1960	1970	1980	1991	1996	2000	2010
População	20.954	50.803	66.443	117.756	180.570	196.685	227.429	239.384
Urbana	2.220	9.850	11.431	106.408	167.536	182.994	211.612	115.930
Rural	18.734	40.953	55.012	11.348	13.034	13.690	15.817	14.441
Homens	10.752	25.802	33.600	58.896	89.082	96.892	111.567	116.483
Mulheres	10.202	25.001	33.843	58.860	91.488	99.799	115.607	122.901

Fonte: página da internet Viamão Antigo<sup>6</sup>

## 2.2 A reforma agrária em Viamão

Em 1998 o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária realizou nesse município a vistoria da fazenda Santa Fé, de 9.506 ha, na qual foi constatada apta para fins de reforma agrária. Nesse mesmo ano 376 famílias, que se encontravam em processo de luta pela terra em acampamentos de diversas regiões do estado, foram beneficiadas com a criação do Projeto de Assentamento (PA) Viamão, que logo foi batizado pelos novos moradores como Assentamento Filhos de Sepé, em homenagem ao líder indígena Sepé Tiaraju<sup>7</sup>.

De acordo com Diel (2011) antes de se tornar assentamento a fazenda pertenceu, até 1954, a Mário Azevedo, sendo utilizada para gado de corte, produção de arroz para o consumo e promoção da caça esportiva na área de banhado. Entre 1954 e 1959 a família Bopp passou a ser a proprietária expandindo a área produtiva para milho e feijão, utilizando força de trabalho da região. A criação de gado de corte

<sup>6</sup> [www.viamoaantigo.com.br](http://www.viamoaantigo.com.br), consultado em 12 de abril de 2015

<sup>7</sup> Sepé Tiaraju defendeu as terras indígenas dos estrangeiros, o líder ficou conhecido por sua famosa expressão: "Essa terra tem dono!"

foi mantida. A partir de 1959 até 1985 a fazenda tornou-se posse de Breno Alcaraz Caldas que realizou grandes obras de macrodrenagem na área de banhado, sendo construídos canais e estradas ligando as extremidades da fazenda.

No ano de 1985 a área foi adquirida pela Empresa Incobrasa Agrícola S.A. cujo responsável era Renato Ribeiro. Entre 1985 e 1998 foram realizadas novas e gigantescas obras de irrigação e drenagem para fins agrícolas. Foi construída a Barragem de Águas Claras, com aproximadamente 500 hectares de lamina d'água. Essas obras contribuíram para potencializar as culturas de arroz e soja irrigadas. Os recursos naturais da área eram super explorados visando a maximização da produção de grãos. Ainda segundo Diel (2011, p. 50)

“o INCRA/RS realizou um relatório de levantamento de dados da fazenda Incobrasa Agrícola S.A (chamada então de fazenda Santa Fé) nos meses de janeiro e agosto do ano de 1998, o ‘Laudo de Avaliação do Imóvel Rural’ constou de uma caracterização da fazenda que incluiu um detalhamento estudado para fins de reforma agrária”.

Assim, em dezembro de 1998 foi criado o Projeto de Assentamento (PA) Viamão. Atualmente é o maior assentamento do Estado do Rio Grande do Sul possuindo algumas particularidades ambientais pelo fato de estar situado na Área de Proteção Ambiental (APA) do Banhado Grande, mais tarde, em 2000, criou-se a Unidade de Conservação (UC) Refugio da Vida Silvestre Banhado dos Pachecos localizada dentro do PA Viamão.

Ao serem assentadas as famílias assinaram o “Contrato de Assentamento Provisório” junto ao INCRA, onde os beneficiários deveriam cumprir uma série de normas em função das áreas de proteção ambiental, sendo o descumprimento dos critérios passível de rescisão. (INFINDHA, 2004). Dentre as proibições descritas no documento estão: o corte de vegetação em área de preservação permanente (APP), a cação ou captura de animais silvestres, o uso de agrotóxicos e produtos transgênicos. (PREISS, 2013). O assentamento foi considerado pelo INCRA de importância ambiental e relevante significância e por conta disso havia uma necessidade maior de acompanhamento para uma boa relação de convivência humana, produção agropecuária e preservação ambiental dentro do Projeto de Assentamento (PA). (INCRA, 2012)

### 2.3 A luta pela terra e o Assentamento Filhos de Sepé

As famílias que foram para o assentamento Filhos de Sepé são frutos de um processo anterior de luta pela terra. Elas ficaram acampadas durante dois anos no acampamento Pinheirão e outras no acampamento Santo Antônio, localizados no município de Santo Antônio das Missões.

As famílias assentadas são oriundas de 115 municípios do estado, sendo a maioria da região do Alto Uruguai. A história destas famílias mostra uma grande diversidade de experiências anteriores: agricultores familiares, proprietários, meeiros e arrendatários, com experiências nas culturas de fumo, hortaliças e arroz irrigado além da pecuária leiteira e desempregados em diversas atividades - vendedores, motoristas de caminhão, frentistas, empregadas domésticas, pedreiros e serventes de obras (INFINDHA, 2004).

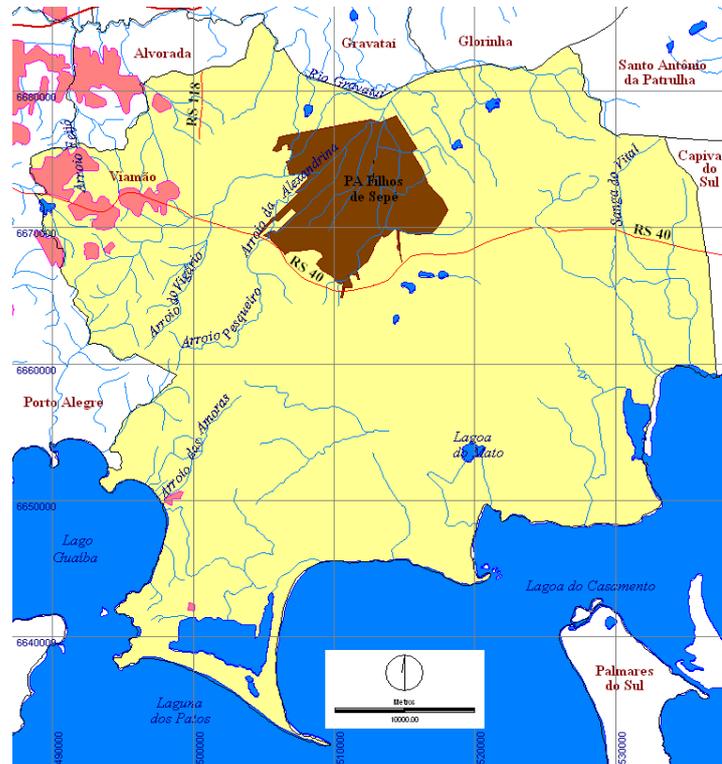
A antiga fazenda Incobrasa não tinha nenhuma condição de moradia, água e energia elétrica para as 376 famílias que ali chegaram em dezembro de 1998. Assim, repetindo o mecanismo adotado na fase do acampamento, as novas famílias assentadas organizaram moradias provisórias, os 'barracos' a partir das estruturas da antiga fazenda (galpões abandonados e casas dos antigos empregados). Dentro de um galpão de 1500m<sup>2</sup> eles construíram os barracos de várias famílias. Os banheiros eram coletivos, no exterior do galpão. Como já tinha adquirido prática no período de acampamento, rapidamente organizaram "redes" para o abastecimento de água e luz.

Logo nos primeiros meses as famílias recém-assentadas se distribuíram por setores de moradia, para eles era fundamental ocupar todo o território (7.500 hectares) como garantia de segurança pelo domínio da área. Assim, as famílias foram divididas em quatro setores: A, B, C e D. Cada família escolhia para qual setor desejava ir, a partir de escolas por afinidade e proximidade com amigos e parentes.

Com o tempo a estrutura organizativa foi avançando. Como a área possui relevo diversificado com duas características bem marcantes, sendo composto por terras baixas (banhado) e terras altas (coxilhas arenosas) optou-se por destinar uma parte de cada área por família. Ou seja, cada família recebeu um pedaço de terra na

baixada (variando 16 a 19 ha) e outro pedaço de terras na coxilha (variando 1 a 2 ha)<sup>8</sup>.

**Figura 2: Mapa de localização do Assentamento Filhos de Sepé, em marrom, dentro do município de Viamão.**



Fonte: Diel, 2011.

Em função das condições favoráveis de água e terra aptas à produção de arroz, esta se tornou a principal atividade econômica do assentamento, e envolve grande parte das famílias o que possibilita a geração de renda. Atualmente o assentamento é responsável pela produção de quatro mil toneladas/ano de arroz orgânico, cultivados em aproximadamente 1200 hectares o que lhe confere a condição de um dos maiores produtores do estado.

Além do arroz, o assentamento também desenvolve outras importantes atividades produtivas tais como horticultura, fruticultura, produção de sementes,

<sup>8</sup> Terras baixas é uma denominação que as próprias famílias criaram para caracterizar as terras situadas na várzea, onde existe um banhado natural no qual é possível realizar o plantio de arroz; mas é impróprio para a moradia. As terras altas são aquelas onde estão organizadas os lotes menores destinados para a moradia e algumas atividades agrícolas diversificadas.

criação de gado de leite e de corte, criação de frangos e galinhas poedeiras, produção de mel, lavoura e criação diversificada para auto sustento (mandioca, milho, batata-doce, ovelha, cabrito, porco e abelha). Também encontramos os produtos panificados, artesanato e fitoterápicos.

O capítulo seguinte apresenta a trajetória de vida de uma das famílias que foi sujeito nessa luta pela terra, pela reforma agrária e é assentada no Assentamento Filhos de Sepé. Também analisa suas estratégias socioeconômicas ao longo de suas vidas.

#### **4 A História de Vida de José Bastos e Emília: Estratégias socioeconômicas da agricultura camponesa**

Esse capítulo trata da trajetória de vida da família do seu José Bastos e dona Emília. Seu José é o quarto filho de uma família de 11 irmãos. *“Nós éramos em 11 irmãos: duas irmãs e nove irmãos. Vivendo espalhados hoje; tenho irmão no Paraná, Mato Grosso, Coronel Bicaco, Taquara, e no assentamento. Meus pais já morreram faz três anos, eu sou o quarto”*. Ele possui ascendência alemã e indígena. *“Eu tenho sangue de alemão, meu bisavô veio da Alemanha, mas minha mãe tinha sangue de índio, de paraguaio.”*

Dona Emília conta que também é descendente de paraguaios com alemães e que sua família sempre viveu “como ciganos”. Desde o tempo de seus bisavôs, quando tinham que fugir dos ataques promovidos pela guerra com o Paraguai.

“Nossa família é de alemão e paraguaio, meu pai era filho de um paraguaio. Minha mãe era filha de um alemão. Se encontraram no tempo das guerras que existiam, em 1900 e pouco. Minha mãe era de 1918, ela dizia que tinha uma guerra que eles matavam as criações; ficavam só as mulheres em casa, ficou ela. Mina vó tinha só uma vaca gorda e eles mataram.”(Dona Emília)

Seu José nasceu no município de Coronel Bicaco, região noroeste do estado do Rio Grande do Sul, filho de agricultores que possuíam um pequeno pedaço de terra. Ele lembra que a região era composta por várias culturas:

“Era uma região misturada. Em Siqueira Mendonça (localidade do município) só tinha um casal de gringo, o resto era brasileiro. A dona Dorilde e seu Gumercindo eram italianos. Alemães não tinham muitos. Tinha mais italiano, tinha umas três famílias, alguns alemão e mais era caboclo que como nós, índio não tinha.” (Seu José)

A família da dona Emília não tinha terra, eles trabalhavam com a coleta da erva mate e prestação de serviços para terceiros. Para realizar essa atividade eles acampavam nas fazendas onde ficavam até a finalização do trabalho.

“Nós morávamos na colônia, mas não tínhamos terra; meu pai trabalhava de agregado na terra do Bicaco. Morávamos lá e trabalhávamos com erva mate. Éramos uma família de oito irmãos e duas irmãs. Minha mãe foi uma mulher que trabalhou muito na vida e meu pai também. Não tinha hora pra ela sair e socorrer um doente. Trabalhava muito de empreitada, pegava pra carpir, cortar trigo. Daquele tempo não tinha ceifa, a gente trabalhava de foicinha. Pegava ela e meu pai e eles acampavam para tirar erva. Eu era criança e ia para o mato com eles tirar erva, éramos como ciganos.” (Dona Emília)

O casal lembra com certo entusiasmo do período de infância em que viviam na colônia:

“Eu morava a cinco quilômetros de distancia da cidade, no interior mesmo. A dificuldade de acesso não era tão difícil, tinha faixa, ônibus, lá nós íamos na igreja, tinha colégio, tinha condições de viver em sociedade. Sociedade boa, vários lazer, campo de futebol, ali a gente nasceu e se criou.” (Seu José)

Seu José relata que teve uma infância muito feliz. Ele, desde criança, sempre trabalhou e ao mesmo tempo pode se divertir. Tinha muitos amigos, com os quais jogava bola (na região sempre havia torneio entre os times), nadava nos rios, participavam de festas da paróquia, etc.

“Na infância era bom, a gente convivia, tinha a gurizada que brincava no mato, nos encontrávamos nos fins de tarde, íamos ao rio tomar banho, tinha muito rio, fazíamos brincadeiras nos momentos de folga. Piá sempre dava um jeito! (risos). Sempre trabalhei desde criança, na enxada, com facão tirando erva, esse era o nosso forte, umas das principais (culturas), plantávamos muito pouquinho, fazíamos umas rocinhas, mas muito pouco, só para o gasto, o principal era com a erva. Tínhamos barbacué. Nossa família era muito grande e havia muitos vizinhos. Tinha muita piazada, nós fazíamos muito ‘gredito’ em volta da lavoura.” (Seu José)

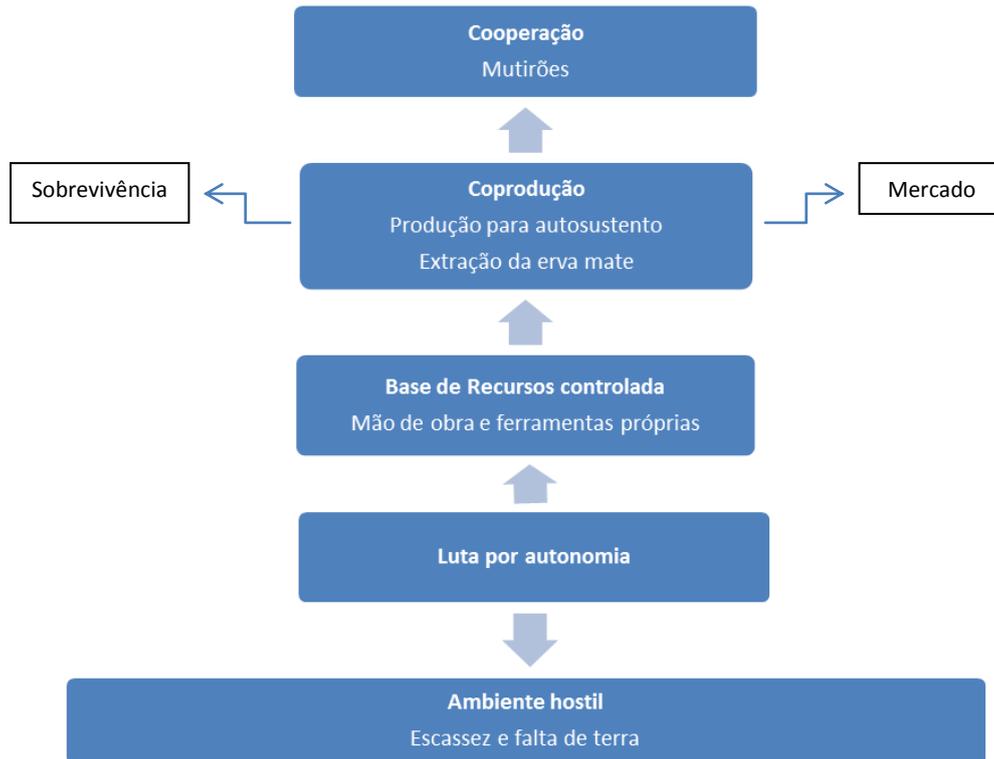
Ambos possuem uma lamentação da infância: os estudos. Seu José não pode estudar além das séries iniciais do ensino fundamental, pois na comunidade rural em que morava não tinha ginásio (como era conhecido o ensino fundamental do sexto

ao nono ano, na época). Ele não continuou os estudos porque os pais acreditavam que não era necessário estudar para além das séries primárias:

“Até os 17 anos fui ao colégio, estudei até o 5º ano, mas não aprendi muito, não tinha ginásio, era longe, tinha que mudar de cidade. Quando nós íamos à aula, os pais insistiam para nós irmos, a dificuldade que tinha era a distancia de quatro quilômetros. Eles diziam o seguinte: que nós tínhamos que aprender o nome e fazer as quatro operações, chegava! A gente aprendeu. A gente lidava com erva e tirava madeira. Então conta a gente sabia fazer, era o dia-dia da gente, a escola já era na lavoura já” (Seu José)

“Quando eu passei pra segunda série da escola eu tive que sair, pois não tinha com quem eu ir. O mato era longe, era uns cinco quilometro. Aí eu não estudei, mas aprendi ler e escrever meu nome e até conta eu sei fazer.” (Dona Emília)

Pelo relato do casal, podemos perceber que no período da infância dos mesmos as famílias possuíam muitos membros e o meio rural era bastante povoado. Técnicas agrícolas manuais (foicinha e facão), exploração da erva mate, prestação de serviços agrícolas e condições de privações, tais como falta (no caso da família de dona Emília) ou escassez de terra (família de seu José) são características que se aproximam da condição camponesa na qual Ploeg destacou. Na qual podemos identificar em meio ao ambiente hostil (escassez de terra) a luta pela autonomia através de uma base de controle dos recursos (força de trabalho familiar, ferramentas próprias), a coprodução entre ser humano e natureza (extração da erva mate), a relação com o mercado (venda da erva), a produção para o autoconsumo (rocinhas para o gasto) e relações de cooperação (mutirão).



**Figura 3:** Esquema da condição camponesa das famílias de seu José e dona Emília, no período da infância dos mesmos. Fonte: elaborado pela autora; adaptado de Ploeg (2013)

No início dos anos 80 eles casaram e tiveram dois filhos, Alessandro e Camila. Foram viver em um pequeno pedaço de terra dos pais do seu José, em Coronel Bicaco. O tamanho do estabelecimento era insuficiente para a família produzir e sobreviver, assim eles arrendaram mais um pedaço para poderem plantar soja.

“Meu pai quando faleceu tinha seis hectares. Depois nós compramos mais meia colônia de terra. São 12,5 hectares. Era o que diziam na época: colônia, era assim que chamavam. Depois começou as técnicas do soja e daí já falavam hectare, não falava mais colônia porque era para o banco. Foi ruim porque nós tinha pouca terra, a gente trabalhou bastante de empregado, trabalhei na construção do porto do Rio Grande, depois me encontrei com essa ai (dona Emília) juntamos os trapos e estamos até hoje. Casei com 28 anos, mas namorava desde jovem, morava perto.” (Seu José)

Aqui estamos diante de uma característica que irá acompanhar a família por toda sua história, a pluriatividade. Na juventude, quando ainda morava com os pais, seu José prestou serviços como peão em fazendas vizinhas, e trabalhou em

atividades não agrícolas. Segundo Schneider (2013) a pluriatividade é um “fenômeno através do qual membros das famílias de agricultores que habitam no meio rural optam pelo exercício de diferentes atividades, mantendo a moradia no campo e uma ligação, inclusive produtiva, com a agricultura e o espaço rural”. (SCHNEIDER, 2013, p. 97). Conforme afirma Ploeg (2013) é própria da condição camponesa a realização de atividades não agrícolas como forma de fortalecer a base de recursos própria, principalmente nos períodos em que o modelo socioeconômico dominante exerce pressão sobre essas formas sociais.

Final da década de 1970 a produção de soja começou a ser difundida na região. Havia grande incentivo para que o “colono” plantasse a soja, a propaganda da época era: “plante que o governo garante”.

“Nós tínhamos erval que foi tirado com trator de esteira e foi queimado pra botar soja... e trouxe aperto muito grande... Pra você ver como é que é a história, como é que funciona: é uma propaganda tão forte que a erva na época exigia muita fiscalização e tirava só a cada três anos. E daí entrou a propaganda do soja e do milho. O próprio Bamerindus mesmo e as cooperativas, a Cotrijuí, fizeram uma propaganda muito grande que abandonasse com a erva. Enquanto levava três anos pra fazer uma safra de erva, fazia duas safra por ano, uma de soja e uma de trigo. E foi o que os pessoal fizeram. E daí tinha a propaganda, ‘plante que o governo garante’, isso era muito forte.” (Seu José).

O discurso do seu José evidencia aquilo que Delgado (2012) denominou da liberalidade da política do crédito rural e o aporte direto do gasto público com as instituições bancárias, e empresas de extensão rural.

O fomento produtivo na época foi tão expressivo que inclusive os produtores com pequenas propriedades se convenceram a plantar soja. Existiam na época bancos específicos que financiavam créditos para aquisição de maquinário e insumos, tais como semente e adubo, os quais exigiam a terra como garantia. Seu José começou a plantar soja ainda quando era solteiro. O pai do seu José ficou animado com a proposta do governo e abandonou parte da atividade que exercia (coleta de erva mate) para tentar a sorte na cultura da soja. Compraram um trator e arrendaram terras.

A disponibilidade de crédito, que facilmente chegava até o agricultor através do serviço nacional de assistência técnica, tornou a proposta de “modernização” da produção agrícola extremamente atraente aos agricultores, no entanto, por trás do

crédito “fácil” e das promessas de grandes safras, se desenvolvia o processo de entrada do capital financeiro na agricultura. Tal qual afirma Delgado (2005): “A formação de uma estratégia do capital financeiro na agricultura brasileira estruturava-se com a modernização técnica dos anos de 1970. Esta dissemina relações interindustriais com a agricultura, medidas pelo crédito rural subsidiado” (Delgado; 2005 p. 66).

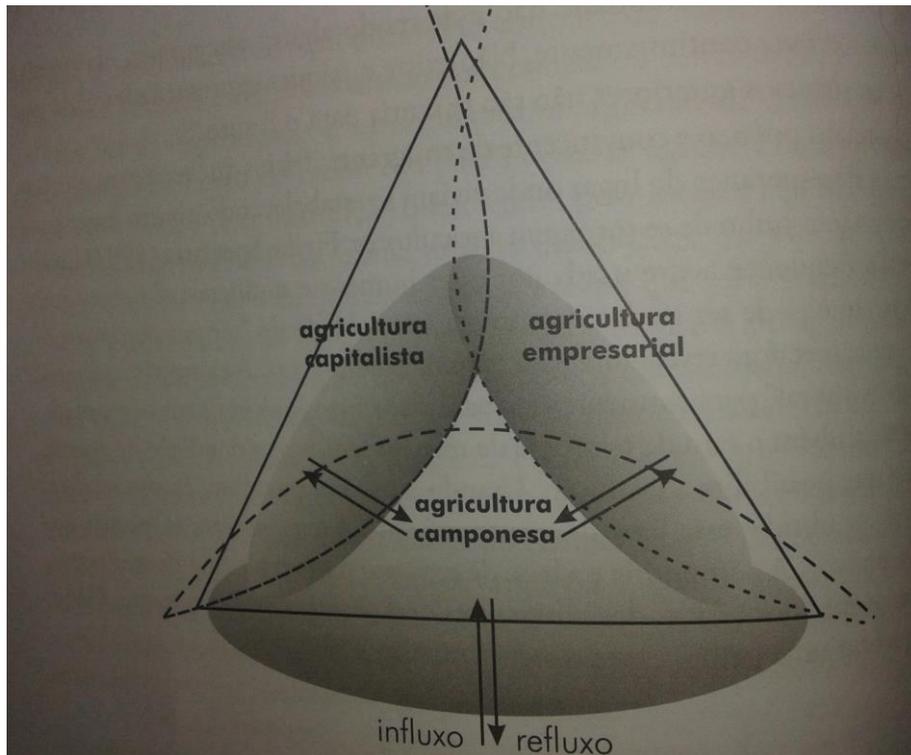
“Até eu me lembro para comprar um trator precisavam 50 hectares de terras destocada e o Bamerindus nos financiou um trator com 30 hectares. Eu lembro que meu pai comprou um CBT junto com um tio meu e já não puderam pagar. Eles não tinham nada estocado e já o Bamerindus tirou deles o trator e tomou mais um pedaço de terra, tirou cinco hectares. Logo no início, levou uns dois anos, pois nós não tínhamos estoque e as prestação ficaram muito caras. O banco financiava trator, adubo, calcário; tudo ele financiava.” (Seu José)

Para a família de seu José as dificuldades apareceram logo no início. Como não conseguiram pagar a parcela do trator o banco tomou parte das terras deles. Aqui estamos diante do processo de modernização seletiva e desigual da qual Silva (1998) tratou.

“No inicio a vida melhorou um pouco e teve gente que foi vendendo os pedacinhos de terra para os granjeiros. E hoje eles foram morar na cidade. Nós saímos de lá, mas ficamos no interior, a gente tinha terra, mas era do pai dele com os irmãos, e até agora ele deve ter um pouco. Nós mesmos tínhamos só cinco hectares nosso. Por isso que nós saímos de lá, estávamos sempre devendo pro banco.” (Dona Emília)

A adesão ao “modelo modernizante” foi em grande parte resultado da propaganda feita pelos instrumentos do Estado e empresas privadas, como vimos no relato de seu José, mas também foi o resultado da reflexão dos agricultores. Como afirma Emília, no início foi uma alternativa interessante, pelo menos do ponto de vista econômico, que se apresentou ao casal, por isso foi estabelecida como estratégia o plantio de soja, utilizando-se de financiamentos e arrendamento. Podemos perceber aqui os movimentos de fluxos e influxos (Figura 4) da condição camponesa dos quais falava Ploeg.

**Figura 4: Zonas fronteiriças, graus e movimentos.**



Fonte: PLOEG, 2013, p.54

O agricultor, em determinadas circunstâncias, poderá adotar estratégias que o distancie do modo camponês de fazer agricultura, aproximando de uma forma de agricultura parecida com a empresarial. O agricultor na condição camponesa não possui uma aversão natural à tecnologia; ao contrario, caso a mesma se apresente como possibilidade real de sucesso, aquele fará esforços na tentativa de concretizá-la. Nesse sentido, podemos afirmar que não existe a essência do camponês, mas construções sociais em meio às relações e interações.

Assim como seu José e dona Emília as mudanças no sistema produtivo foram igualmente adotadas por vários agricultores e rapidamente avançaram pela região:

“E as pessoas foram plantando. O soja plantava no cedo, e dai, uma comparação, nós usávamos muito trilhadeira ainda, mas dai entraram as motrizes. Eles diziam: ‘Olha, pode plantar, planta com o trator, depois passa o veneno, tá limpo né, depois passa a colheitadeira, pode deitar numa sombra e olhar a maquina colher’. E o pessoal fizeram isso dai mesmo. E deu no que deu. Muitos vieram pra li, entraram ali aqueles granjeiros forte e destocaram mesmo. Trator de esteira pesado.” (Seu José)

No início dos anos 90 muita gente que eles conheciam migrou, seja para cidades próximas a capital do Rio Grande do Sul ou para outros estados, como Mato Grosso. As transformações eram muito rápidas, as dinâmicas foram profundamente alteradas em um curto espaço de tempo: as práticas de plantio, as interações sociais, os valores, etc.

“Outra coisa que a gente viu que não evoluiu mesmo, por exemplo, nós morávamos numa comunidade, onde havia quatro localidades, envolvia Canhada Folha, Sitio Briato, Siqueira Mendonça, Siqueira Bastos. Hoje se ir lá não sei se acha alguma, não tem nem um morador. Chegou o asfalto, terminou tudo. Tinha quatro colégio, e hoje não tem nada.” (seu José)

Uma característica interessante no discurso do seu José é a sua consideração acerca do êxodo rural, para o mesmo o esvaziamento do campo é uma “não evolução” social. Ele lamenta o fato de hoje não existir mais as “comunidades rurais” na sua localidade natal e também a inexistência de escolas no campo. A trajetória de seu José e dona Emília evidenciam aquilo que a literatura descreve sobre a modernização da agricultura. Esta produziu, dentre outras coisas, problemas sociais, como o inchaço das cidades (Medeiros, 2015), além de promover a expropriação de variados saberes, próprios dos camponeses (Palmeira, 1989).

Antes da entrada massiva das máquinas eram organizados mutirões e os colonos eram transportados a caminhão para carpir ou colher. Seu José foi um desses “peões” que muitas vezes trabalhou em lavouras de vizinhos como forma de complemento de renda ou troca de serviços. No entanto, já não se via mais esse tipo de mobilização.

“Dai o que aconteceu? Os que tinham pouquinha terra os granjeiro foram tomando conta. Teve até uma época que passavam os granjeiros pegando os peões pra carpir, capinar na soja e enchiam os caminhões, dali a pouco vieram os venenos para matar os matos dai não tinha mais serviço, ai os filhos saíram pra cidade, vieram tudo pra cidade grande e lá ficaram só os velhos. Ai tiveram que sair também né? Como é que iam sobreviver?....” (Dona Emília)

A modernização da agricultura transformou completamente a paisagem, a população e as relações sociais no espaço rural. A entrada do crédito agrícola atrelado ao pacote tecnológico fez com que muitos agricultores se endividassem e perdessem suas terras, além disso, a máquina substituiu o trabalho humano;

forçando a migração e transformando a base técnica da produção que, de produção artesanal do camponês, à base da enxada, configurou-se numa agricultura moderna, intensiva, mecanizada (Kageyama).

“Existia o veneno, mas era pouco. Existia aquele de fazer cobertura, e depois veio aquele de secar por cima, o secante mesmo. Tinha aquele de fazer aplicação na folha estreita. Depois daí veio o café bravo, bravo porque era bravo mesmo, mas depois não foi mais problema, ele secava assim por cima junto com o soja, e foram matando. Fazendo plantio direto. Era assim, primeiro nós virávamos a terra e depois a gente gradeava. Hoje passa o secante e planta, plantadeira faz tudo.” (Seu José)

Além da soja, a família sempre produziu alimentos para o auto sustento: mandioca, batata doce, feijão, milho, pequenas criações, leite, etc. Eles trabalhavam muito, dona Emília lembra que criou os dois filhos carpindo soja, levava eles em um balaio quando eram bebês e quando já estava maiores eles ficavam na lavoura brincando.

As dificuldades começavam aparecer. Apesar do filho mais velho começar a ajudar na lavoura era difícil produzir para dar uma vida digna aos filhos. Não tinham para comprar um tênis ou uma roupa um pouco melhor para os filhos, e eles queriam dar condições de estudos aos dois.

“A soja não melhorou, o que aconteceu foi uma ilusão. Se plantava, mas devia tudo, não tinha aquela condição financeira de fazer por conta, não sobrava nada. E aí quem podia comprar um trator comprou, sofria muito pra pagar, e quem não tinha se iludiram muito com a tal de máquina e pagava muito caro também. Aí entrava mais o custo da colheita, do caminhão pra puxar e por fim sobrava muito pouquinho, quase não sobrava. Não podia equilibrar com a lavoura. Olha, chegava época que não dava pra comprar uma camisa, não sobrava. O soja não foi pro pequeno. Tem gente grande, com 50 hectares que hoje eles estão num terreninho na cidade. Hoje mesmo, agora olhando, não tem nada, se quebrou, foi pra Goiás. Ele tinha 50 hectares de terra, até trabalhei com ele, e hoje está num terreninho na cidade. Eu digo que não foi bom aquela revolução verde que existiu lá. Até hoje acho que o povo estão mais concentrado.” (seu José)

Seu José e dona Emília possuíam um pedaço de terra, mas era insuficiente para o sustento da família. A situação já se encontrava muito difícil, arrendavam um pedaço de terra para plantar soja e grande parte do que era produzido tinha que ser pago no arrendamento e nas prestações do trator. A atividade agrícola praticamente “empatava”.

“Nós nunca pensamos em sair de lá nem ir pra cidade, mas ai viemos pra cá... nós já tinha o Alessandro que já tava grandinho, nós só tinha 5 hectare de terra e dai nós plantava alugado mais 5 hectare e ainda tinha que pagar 30% do arrendo... não sobrava nada, nem pra comprar um tênis.... tinha que pagar o banco, sempre pegava dinheiro, foi ai que nós saímos de lá.” (Dona Emília)

Não tardou muito e as escolas rurais também começaram a diminuir o número de professores e algumas fecharam. Os times de futebol já não existiam como antes, as festas da comunidade eram cada vez menores. Dona Emília e seu José viam as transformações que estavam ocorrendo na comunidade e ao mesmo tempo sentiam as dificuldades financeiras para manter a família naquele lugar.

Alguns amigos e parentes decidiram ir para o Mato Grosso e convidaram o casal. Eles não queriam deixar a sua comunidade natal, mas seu José chegou a pensar em ir. *“Então foi muita gente embora... pra Porto Alegre dizem que da um município de Frederico Westphalen... e a maioria foram acompanhando os filhos.”*

Diante das dificuldades em que muitas famílias de agricultores se encontravam na região, a igreja, o movimento de mulheres e serviço de assistência técnica (EMATER) iniciaram um trabalho de dialogar com as famílias sobre as razões dessas dificuldades, da crise na agricultura, e a problemática da concentração fundiária. Dona Emília sempre foi muito católica e participava das reuniões, dos cursos, das oficinas. Sempre que podia ela levava a filha, Camila, que também participava junto com “os pequenos trabalhadores rurais”.

Dona Emília lembra com orgulho o que a agente de pastoral falava sobre sua filha: “Ela vai ser uma grande líder dos trabalhadores!” Dona Emília participava do grupo de mulheres e nas reuniões sempre era colocado sobre a importância dos direitos das mulheres trabalhadoras rurais.

“Então a nossa historia aconteceu assim, em 80 nos casamos e no ano 90, eu já tinha a Camila. Nós entramos para o movimento das mulheres trabalhadoras rurais, dai tinha a Emater, por sorte, começou a organizar a comunidade, e começamos a fazer um trabalho e ir nas comunidades. Naquele ano a gente viu aquela guerra muito grande da primeira ocupação da Fazenda Santa Elmira. O Frei Sergio apanhou muito e eu pensei: mas nunca na vida que eu vou para o acampamento. Ai eu comecei a falar pra esse aqui (se José) que a luta era muito bonita. Dai surgiu o padre Mota lá em Bicaco, ele participava da CPT. Eu ia para as reuniões participar e levava a Camila pequeninha para participar, a menina da Emater dizia as trabalhadoras rurais e dizia: ‘A Camila vai ser uma grande líder’ e ela ta aí”. (Dona Emília)

Em meados dos anos 90 dona Emília foi convidada para ser liderança comunitária e ajudar a fazer o trabalho de base para a conquista de um pedaço de terra para ela e para outras famílias. Ela recusou.

“Daí um dia apareceu o padre Mota lá em casa e me convidou pra eu organizar um pessoal pra ir pro acampamento, ai eu disse: ‘mas nunca padre Mota que eu vou fazer isso, eu não sei fazer, as pessoas não vão ir.’ Dai ele falou então para eu indicar alguém umas pessoas pra mim, dai eu indiquei o Alceu (que mora ali aqui no Assentamento hoje) e a Dorilde (ela era só da igreja católica). Dai ele (Alceu) foi e gostou e começou a ir” (dona Emília)

Fazia tempos que seu José vinha refletindo sobre a sua condição naquele lugar. Sabia que a quantidade de terras era insuficiente, o arrendamento não era uma solução viável, não tinha recursos para comprar terra e também não viam como possibilidade a mudança para a cidade. Diante de toda situação que estavam vivendo, mas principalmente pelo futuro incerto que se apresentava para ele e os filhos naquela região, em dez dias após o convite, ele fez a sua bagagem, conversou com a família<sup>9</sup> e foi para a sua primeira ocupação de terra.

“Foi a própria situação que me fez ir pro acampamento, a gente estava olhando aonde nós estávamos e nós íamos ter que dar um jeito ou outro de ter que sair dali ou procurar outros recursos ou trabalhar de peão mesmo. Tinha um granjeiro ali que sempre passava com caminhão e levava muitos para trabalhar com ele lá, serviço sempre tivemos. Dai o que que eu fiz? Eu olhei pra um lado, olhei pra outro, pensei: ‘comprar terra eu não vou ter condições, a piaçada já está crescendo, e ali já estava exigindo também estudo, iam ter que sair dali e ir estudar pra fora’. Daí quando veio essa articulação, essa conversa ali em casa mesmo de ir pro acampamento eu pensei ‘eu vou ir’. Dai fomos saindo, pegamos uma Kombi e fomos. Tudo isso eu pensei assim, não foram muito dias, dentro de uns 10 dias, eu resolvi: ‘vou!’ Encaminhei umas coisas pra deixar pra trás, umas coisinhas, umas criações, ai peguei e sai. Aquela dificuldade assim de dizer que estávamos passando necessidade imensa, a gente não estava, mas estava enxergando um pouco pra frente o que que podia acontecer, o lugar ali estava regredindo, não estava evoluindo. Os grandes, os exploradores estavam entrando lá e massacrando o pobre. Dai sai, mas sai assim com uma intenção até de não voltar, se caso não desse certo eu ia pra frente, eu sempre tive vontade de ir pro Mato Grosso, trabalhar lá.” (Seu José)

---

<sup>9</sup> A família fez um acordo. Seu José iria para o acampamento e dona Emília ficaria com as crianças. Eles não sabiam o que iriam encontrar, na avaliação deles era muito arriscado ir toda a família. Na região já se tinha os rumores que poderia ser perigoso participar de uma ocupação de terras.

Como afirma Long (2007) os atores sociais não são agentes passivos das estruturas macroeconômicas, mas são capazes de refletir sobre a realidade e elaborar estratégias econômicas e sociais para intervir em tal realidade. Dona Emília também se lembra desse período da tomada de decisão, seu José era ministro da eucaristia quando foi convidado para ir para o trabalho de base.

“Dai tinha o Enio Guterrez também era da EMATER. Ai um dia ele convidou ele (seu José) pra ir pra esse acampamento Santo Antônio. E ele resolveu ir e eu aceitei e fiquei com as crianças. Ele e o Alceu (o irmão de seu José) só, o resto ninguém quis ir, todo mundo tinha medo. O resto do pessoal que ficaram só depois que saíram terra pra cá que eles viram e ai foram acreditando. O padre Mota dizia que precisa botar o dedo primeiro, aquela passagem da bíblia, como eles viram que eles ganharam terra ai os outros acreditaram. O José era ministro da eucaristia e ai teve que sair e o pessoal ficou muito bravo que ele saiu, começaram criticar que eles iam apanhar da polícia, outros torciam que apanhasse e que voltasse, mas eles sobreviveram lá, ficaram um ano e 8 meses no acampamento. Dai ganharam terra pra cá. foi uma história.” (dona Emília)

O fato de a família participar dos grupos de base, em grupo de mulheres, na comunidades eclesiais, e posteriormente no movimento de luta pela terra, o MST, evidencia aquilo que PLOEG (2013) caracterizou como a *luta por autonomia face ao ambiente hostil*. Ter a terra própria era a possibilidade de garantir a autonomia da família.

Apesar da importância e centralidade dada aos aspectos econômicos, caracterizados aqui pela busca do capital *terra*, a família demonstrou considerar outras dimensões do processo de reprodução social. Para eles a educação dos filhos foi igualmente fundamental ao tomarem a decisão em ingressarem no movimento de luta pela terra e sair do município de origem. Ficar em Coronel Bicaco significava não possibilitar oportunidade de estudo aos filhos.

“a migração interna dos colonos, assim como a emigração de seus antepassados alemães, obedece a uma mesma lógica, decorrente da mesma condição e de uma ideologia que privilegia a terra como requisito de reprodução social.” (WOORTMANN, 1995 *apud* DESCONSI, 2012, P. 138)

Se por um lado o período do acampamento foi duro, por outro proporcionou muitos aprendizados. Durante os dois anos que ele esteve acampado participou de várias marchas em Porto Alegre, ocupação do INCRA, encontros em Brasília, etc.

Ele jamais imaginou que iria precisar ir a tantos lugares para poder conseguir um pedaço de terra.

“Dai fui pro acampamento. O acampamento não é um mar de rosas, é difícil! Sei que fomos pra lá, sempre eu tinha uns recursozinhos, não passei por aquelas dificuldades, fomos resistindo, tinha as frente de trabalho, ajudei nas lideranças desde o início e fomos trabalhando, resistindo, nas ocupações de fazenda, ocupando estrada, fizemos várias ocupações no tal de INCRA, que é muito difícil, viemos várias vezes ali, quando via nos vinhamos ocupar, voltava de volta. Fizemos varias vistorias em fazendas.” (seu José)

Assim, em dezembro de 1998 veio a notícia de que eles iriam para o município de Viamão. Como combinado com a família no momento em que saísse a terra no assentamento todos iriam se mudar definitivamente para o novo local.

“Depois que eu fui para o acampamento eu queria pegar um pedaço terra, mas tinha umas regiões que eu não ia me inscrever, mesmo que eu levasse uns três anos. Não ia porque tinha um receio que nós íamos pra lá e não íamos resistir, nós íamos ficar isolados. Dai viemos pra cá, tinha uma condição pra nós vim. Eu vim aqui conhecer a fazenda. E chegamos no INCRA já estava destinado a vir pra cá. Voltamos pro acampamento, fizemos as discussões, pegamos os caminhões e viemos” (seu José)

Junto com a família de seu José vieram mais 375 famílias. Ao chegarem não havia nenhuma condição de moradia, água e energia elétrica para esse número de pessoas. Organizaram as moradias provisórias nas estruturas da antiga fazenda, nos galpões abandonados e nas casas dos antigos empregados da fazenda. Dentro de um galpão de 1500m<sup>2</sup> construíram os barracos de várias famílias. Os banheiros eram coletivos, no exterior do galpão. Rapidamente organizaram “redes” para o abastecimento de água e luz. Eles já tinham adquirido prática no período de acampamento.

“Essa fazenda aqui saiu rápido, não teve muitos rodeios, acho que o homem já estava negociando com o INCRA. O que foi difícil bastante foi por causa da questão ambiental, nós ficamos 10 dias discutindo. O critério era muito grande e nós fizemos o regimento que nós íamos respeitar e até hoje quem está aqui tem que respeitar, mas teve muitas falhas, no início foi difícil porque nós tínhamos que respeitar porque a área era ambiental.” (seu José)

**Figura 5: Migrações da Família de seu José e dona Emília. Em azul é a linha do acampamento e em vermelho a do assentamento.**



Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Eles relatam que foi muito difícil o processo de adaptação no assentamento. Por várias vezes pensaram em ir embora. Dona Emília não conhecia quase ninguém, na região de onde ela viera estava acostumada a participar e organizar de muitas atividades e a conviver em comunidade.

“No início eu tinha vontade de ir embora e pensava em receber os benefícios da reforma agrária, não gastar nada aqui para depois voltar pra Bicaco. Não conhecia ninguém do assentamento, apenas os meus cunhados Alceu e

Teresa. A situação era difícil, vivíamos em barracas de lona preta e todos muito juntos. A situação financeira era muito difícil, sobrevivemos com um pouco de dinheiro que guardamos do soja de Bicaco.” (dona Emília)

Para seu José o que mais lhe incomodava era o fato de as terras de produção estarem distantes do lote de moradia. Quando veio para Viamão ele não imaginava que as distancias seriam tão grandes. Junto a isso se somava o fato do tipo de solo do assentamento. Ele vinha de uma região de solos argilosos e férteis, ao passo que em Viamão a terra era arenosa e já muito desgastada pelas práticas culturais antecessoras.

“Dai nos ficamos aqui com uma intensão de ficar com a área lá embaixo com irrigação natural, e uma área mais próxima. Mas não foi assim. Outra coisa que foi difícil foi que nós éramos acostumados com área seca e viemos pro banhado. Eu apanhei. Eu na minha imaginação eu ia morar em um lote com toda a área junta, ninguém discutiu com a gente que nós íamos ser setorizados. Só fizeram uma discussão que nós íamos pegar 13 hectares de terra, mas nunca nós pensávamos que íamos ter a área separada. Eu tinha essa ideia que nós íamos plantar toda área. E ai ficou mais difícil também por causa da distancia. Outra coisa que foi dito era que a distancia não ia dar mais que cinco km, mas eu daqui lá na minha terra da 14 Km.” (seu José)

No início tudo o que plantavam era difícil produzir. Ele chegou a verificar por mais de uma vez com outros conhecidos a possibilidade de trocar para algum assentamento em Tupanciretã ou regiões próximas, para ele o importante era ter a terra toda unificada.

“A gente discutiu muitas vezes porque ele queria trocar de terra, depois que nos estávamos acostumados aqui ele queria ir pra Tupã. Veio um conhecido lá do Capão do Cipó e queria trocar. Eu dizia não, daqui eu não vou. Ele dizia que queria trocar porque queria plantar toda área. A gente veio de uma região que era de soja e milho. Nós não estávamos acostumados com essas plantas de arroz. Ai eu disse: ‘depois que nós já conhecemos o pessoal daqui, já sabemos com quem a gente conta, sair de novo? Acostumar de novo? Não, eu não vou!’ (Dona Emília)

A difícil adaptação deveu-se também a má recepção que a comunidade do entorno teve com os novos moradores que chegavam na região. Eles relatam que eram vistos como baderneiros, arruaceiros, perigosos, bandidos. Muitos fechavam as portas das mercearias e ferragens quando algum “sem terra” se aproximava.

“A expectativa era boa, que ia melhorar, mas nos primeiros tempos não foi fácil de acostumar e com as dificuldades. Tivemos que trabalhar muito pra fora, mas depois foi melhorando as coisas e ai hoje ta bem... hoje a gente não sai...” (Dona Emília)

No primeiro ano no assentamento foi feita a discussão sobre a necessidade de distribuir as famílias no território da fazenda, tentando ocupar a maior parte de terras, possível. Assim, seu José e dona Emília foram, juntamente com outras 35 famílias, para uma região denominada setor D, localizado a três Km do perímetro urbano de Águas Claras.

Essas 36 famílias constituíram um grupo coletivo formado por pessoas que tinham origem na mesma região noroeste: Iraí, Coronel Bicaco, Três Passos, etc. Muitas delas já se conheciam desde a infância e outras se conheceram no acampamento.

O próprio grupo organizou o desenho para o parcelamento dos lotes. O INCRA colocou como condicionante que cada família deveria ter a área de moradia nas terras “altas” e o lote de produção nas terras “baixas”, que era uma região de banhado, com potencial para irrigação ou não, dependia do lugar. Assim, o grupo das 36 famílias decidiu organizar a moradia das terras altas de maneira coletiva, orientados pelas discussões do acampamento em que o MST discutia e trabalhava a temática da cooperação agrícola.

Em seguida formaram um grupo coletivo de 36 famílias que foram morar no setor D. A proposta do grupo era ter lotes individuais pequenos de 30x60m e o restante das terras coletivas. A horta, o gado de leite e as lavouras (milho, aipim e feijão) eram coletivos. Seu José e a família não se adaptaram e saíram do grupo. Para eles era importante ter um espaço individual onde pudesse ter galinha, gato, cachorro. Além disso, incomodava dona Emília o fato de ter que comprar as verduras que eram produzidas na terra coletiva deles próprios.

As casas foram organizadas em agrovila com lotes semelhantes ao loteamento urbano (30 X 60m), ao redor de uma área comum onde foram construídos o campo de futebol, a ciranda e a sede da comunidade.

As terras para produção foram organizadas por setores de maneira coletiva, assim havia o setor de hortas, da produção animal (suínos) e produção de grãos. O trabalho era coletivo, a produção era comercializada entre os membros e as sobras eram divididas.

A família de dona Emília não se adaptou a essa forma de trabalho. No segundo ano da experiência eles decidiram abandonar o grupo e pediram que fossem separadas as suas terras para que a família pudesse decidir sobre a sua produção e sua forma de trabalho.

Assim, formaram um grupo menor, com cinco famílias, que se agruparam em lotes de moradia maiores e individuais. Trata-se do grupo de famílias que trabalham em parceria. Eles se uniram entre cinco famílias, que moram próximas e possuem afinidades pessoais, para compartilharem as mesmas terras nas quais criam gado. Assim, eles diminuem custos com cercas e maximizam o manejo sanitário dos animais. Nessa época ainda não havia a divisão dos lotes na várzea; eles então experimentaram o plantio de arroz através do grupo de produção de Charqueadas, que fazia uma parceria na terra da família. Isso ajudava na renda.

Eles então passaram a plantar os alimentos para o auto sustento da família: feijão, milho, mandioca, batata doce, abóbora, melancia, hortaliças, e outras; começaram a criar galinha, porco e vaca de leite. Tudo o que era produzido e sobrava eles iam de carroça até as casas da vila, que ficavam próximas, e vendiam.

Nessa época veio o parcelamento dos lotes feito pelo INCRA. Assim, a família plantava nas terras altas toda produção para o autoconsumo e comercialização (batata doce, aipim, amendoim, frutas, hortaliças, feijão, milho), criação de vaca de leite (leite e queijo), galinha (carne e ovos) e porco. No lote de várzea decidiram investir em criação de gado para corte, em parceria com outras cinco famílias. A família vendia parte da sua produção nos condomínios vizinhos, onde levava o produto de casa em casa com carroça própria. Eles já tinham uma freguesia consolidada.

A comercialização da produção agrícola era insuficiente, assim, logo nos primeiros anos, dona Emília foi trabalhar como doméstica no condomínio vizinho ao assentamento. Trabalhou com a mesma família por oito anos, e foi esse salário que ajudou a complementar a renda agrícola da família. Aqui mais uma vez a família utilizou como estratégia a pluriatividade, dessa vez, foi dona Emília que passou a contribuir com a renda não agrícola como complemento de renda familiar.

Com o tempo dona Emília começou a participar de reuniões, cursos, festas e construiu grandes amizades no assentamento e na região de Águas Claras. Seu José estabeleceu parceria com mais três assentados vizinhos, e investiram em

criação de gado no lote de produção. A vontade de retornar para Bicaco já não existia mais. No entanto, ainda tinham dificuldades financeiras.

Os filhos puderam estudar até a 8ª série na escola do Assentamento. Camila cursou magistério em uma Escola do MST e Alessandro concluiu o ensino médio em uma escola da região.

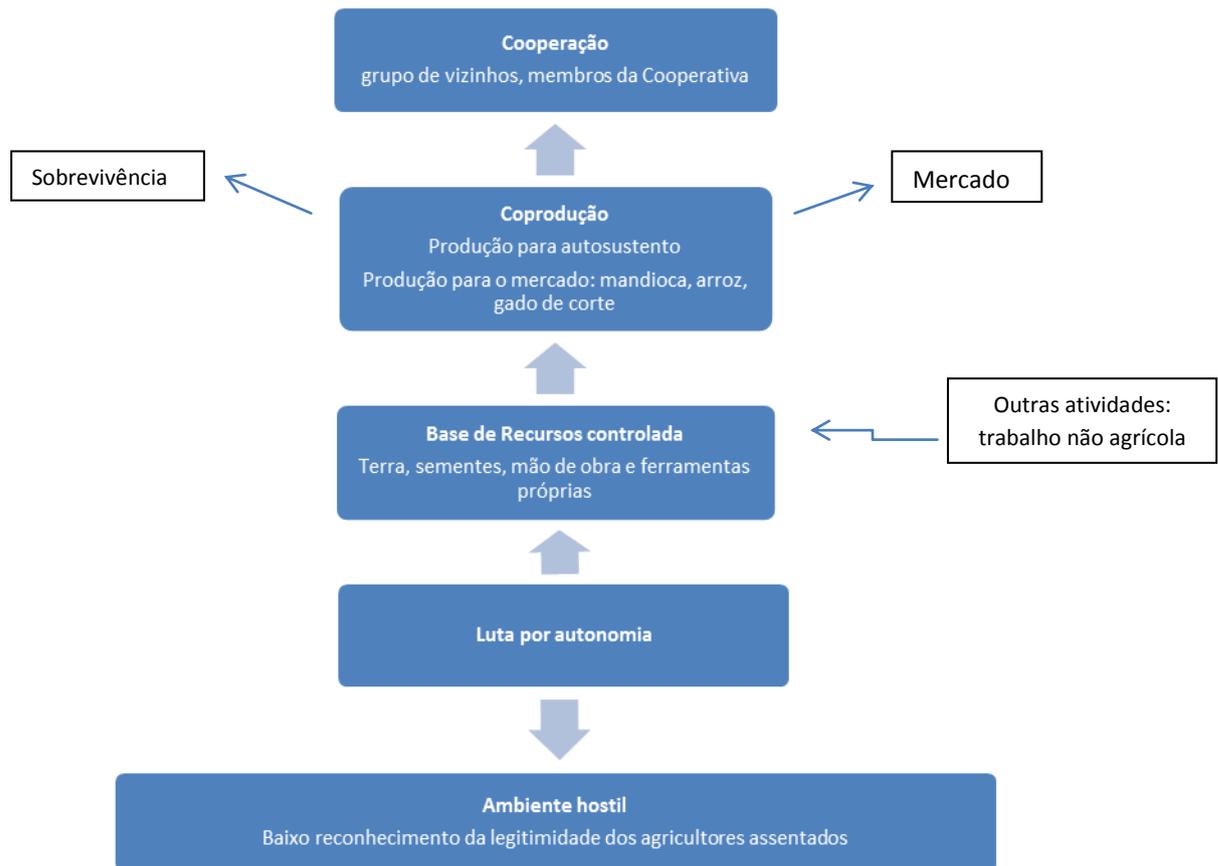
Em 2009, dona Emília e Camila, juntamente com outras mulheres do assentamento, iniciaram a produção de pães e bolachas para a merenda escolar através de uma agroindústria familiar. A filha do casal trabalhou desde o início da panificação. Em 2010 eles participaram da fundação da Cooperativa dos Produtores Orgânicos Assentados de Viamão (COPERAV) que juntamente com outros 30 membros, investiram na produção de arroz ecológico, vegetais higienizados e processados para o Programa Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE). A comercializa aipim e as vezes dona Emília trabalha no processamento da agroindústria. A criação da cooperativa e da agroindústria foi muito importante para gerar renda para as mulheres e para os jovens.

Atualmente o casal está aposentado. Dona Emília trabalha no seu próprio lote cuidando da casa e da horta e dos pequenos animais, de vez em quando ela trabalha na cooperativa, no beneficiamento de vegetais, mas suas atividades estão limitadas por um problema na perna que a impede de caminhar muito. Seu José planta aipim, milho, feijão, frutas, batata doce para o autoconsumo da família e cria gado de corte em parceria com o grupo coletivo de vizinhos. Nesse ano retomou, juntamente com o filho e o grupo coletivo, o plantio de arroz orgânico. Dona Emília gosta muito das atividades que tem no assentamento, as festas, as reuniões, os cursos. Perguntados sobre se eles possuem algum sonho, responderam:

“Tenho aquela disposição pra trabalhar, mas a idade chegou mesmo. Fazer o que a gente fez, segurar, incentivar, pensar na família, não vai esquecer de tudo que a gente fez, eu acho o sonho é conservar o que fez e ter saúde. Tendo amizade é tudo.” (Seu José)

“A riqueza da gente é viver, ter saúde e ver os filhos bem. Os filhos eu acho que querem continuar por aqui. Não falam em sair. Que eles possam ter saúde, ser honesto.” (Dona Emília)

**Figura 6: Esquema da condição camponesa da família de seu José e dona Emília em 2015.**



Fonte: Elaborado pelo autora, 2015. Adaptação de PLOEG, 2013, p. 40

A combinação entre a produção para o autoconsumo e o mercado, aliado ao uso de sementes próprias pode ser identificadas como características da condição camponesa, que já não é mais a mesma condição da qual o casal viveu quando ainda eram crianças e viviam com seus pais. A nova condição camponesa passou por influxos e fluxos, tais como a experimentação das tecnologias para a produção da monocultura de soja. Essa experiência serviu de base para os agricultores construírem novas estratégias ao se estabelecerem no assentamento.

## 5 Considerações finais:

O estudo em questão, que retrata a trajetória de vida de uma família de agricultores, pretendeu analisar de forma ilustrativa alguns aspectos da realidade

que estão em consonância com a teoria, conforme foi apresentado no capítulo anterior.

Através do seguimento da trajetória de vida dos agricultores, José e Emília, foi possível sentir o processo da modernização conservadora e sua manifestação nos corpos de nossos atores. O relato dos mesmos me fez perceber que a realidade é feita de “carne e osso”; as abstrações teóricas, no esforço de compreenderem o movimento geral da realidade retira as nuances da personalidade.

O estudo buscou dar voz aos atores no intuito de visibilizar suas percepções sobre as transformações no meio rural, em especial sobre a modernização da agricultura. Para eles esse processo “matou” o local de nascimento dos mesmos: não tem mais as comunidades, as famílias conhecidas, os jogos de futebol, os mutirões, as escolas, as festas da comunidade. Mudou a relação produtiva e com o mercado. Se antes coletavam erva a partir de uma atividade praticamente extrativista, passaram a produzir soja e trigo, num primeiro momento de forma artesanal, com tração animal e ferramentas manuais e num segundo momento com maquinário e insumos pesados. Assim, a modernização da agricultura alterou completamente a vida da família estudada.

Pela história de vida de seu José e dona Emília percebemos que a condição camponesa flutuou no tempo e no espaço, não se configurando como uma essência natural dos mesmos, ao contrário, cada circunstância na qual se encontravam desencadeou práticas diferenciadas, eles foram transformados pela realidade e, ao mesmo tempo, transformaram a mesma. Conformando assim um movimento dinâmico de rupturas e continuidades com seus saberes e práticas tradicionais rurais.

Podemos afirmar, conforme o *Quadro 1* abaixo, que no período anterior a modernização agrícola, que compreendeu a infância e juventude da família estudada, a condição camponesa se caracterizou pela luta pela autonomia em um contexto de privação de terra (ambos tinham pouca ou nenhuma terra). Isso significa que a determinadas classes sociais no Brasil historicamente lhes foi negado o direito a terra. A luta pela autonomia se deu então através de relações de coprodução, permeado por saberes locais de interação ser humano e natureza, em que se produzia para o autoconsumo e se extraía a erva mate. Como a base de recursos era controlada (ferramentas e mão de obra) e havia a interação de cooperação

através de mutirões, essa dinâmica permitiu a sobrevivência das famílias camponesas.

**Quadro 1:** Resumo da dinâmica da condição camponesa

<b>Fases</b>	<b>Infância e juventude (antes de 1975)</b>	<b>Período da Modernização (de 1975 a 1995)</b>	<b>No Assentamento (após 1998)</b>
<b>Ambiente hostil</b>	Pouca terra	Império Agroalimentar	Dificuldade de política para reforma agrária
<b>Autonomia/dependência</b>	Autonomia	Dependência	Luta pela autonomia em movimentos sociais
<b>Base de recursos</b>	Autocontrolada: Mão de obra e ferramentas próprias	Sem controle: Financiada pelo banco	Autocontrolada: terra, sementes, mão de obra e ferramentas próprias
<b>Coprodução</b>	Relação intensa de coprodução entre ser humano e natureza	Insumos e maquinários externos a propriedade	Relação intensa de coprodução entre ser humano e natureza, uso de maquinário
<b>Autoconsumo</b>	Ocupa lugar central	Presente	Ocupa lugar central
<b>Mercado</b>	Presente	Ocupa lugar central	Presente
<b>Outras atividades</b>	Presente	-	Presente
<b>Cooperação</b>	Reciprocidade e mutirões	Limitada	Grupo coletivo de vizinhos, formação de cooperativas
<b>Aspectos sociais</b>	Atividades de lazer intensas,  Baixo estímulo a educação e instrução	Êxodo rural  Fim das atividades comunitárias	Retomada das atividades de lazer, elevado estímulo a educação

Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

A modernização introduziu mudanças nessa forma camponesa de produzir. A base de recursos deixou de ser autocontrolada e passou a se tornar dependente de financiamentos e de tecnologia externas aos agricultores. Tudo que a produção de soja gerava era consumido pela seguinte safra ou com as dívidas da anterior, com terra arrendada e financiamento de custeio de lavoura. Para a família de José

Bastos e Emília o grau de dependência foi tão extremo que impossibilitou a permanência dos mesmos naquelas condições.

A luta pela terra, através da participação no MST, pode ser identificada como uma das estratégias socioeconômicas que a família encontrou para permanecer no campo, a partir da condição camponesa. A entrada em uma organização social significou a possibilidade de garantir a autonomia e o autocontrole da base de recursos, os sujeitos que antes tiveram sua realidade transformada, transformaram a realidade ao conquistarem a possibilidade de continuar vivendo e trabalhando no meio rural.

O ingresso na luta pela terra foi o resultado de uma série de transformações e restrições que lhes estavam sendo impostas. Para eles estava claro que não seria possível continuar naquela região com a quantidade de terra que tinham. Assim, a decisão de lutar por terra foi fruto de uma reflexão que a família já estava fazendo a partir da observação da realidade. Aqui fica evidente a capacidade de agente dos atores.

Como estratégia econômica é possível identificar as diversas formas de associação e cooperação que a família de agricultores buscou se inserir. No início do assentamento tentaram um modelo de cooperação coletiva integral que rapidamente se mostrou ineficaz por não atender aos anseios individuais da família, tais como a criação de galinhas e vaca de leite, por exemplo. Por outro lado, o grupo coletivo, no qual a família está inserida até hoje, é a demonstração de que a cooperação faz parte da estratégia dos agricultores. PLOEG (2013) considera que “as circunstâncias político-econômicas adversas requerem igualmente formas de cooperação adaptadas (...) quase sempre existe um equilíbrio adequado entre o individual e o coletivo.” (PLOEG, 2013; p. 50-51).

A participação da família na COPERAV permitiu a geração de emprego (temporário) para dona Emília e Camila, seja no setor de panificados como na agroindústria de vegetais. Seu José produz mandioca e fornece para a cooperativa que industrializa e comercializa. Além desses aspectos a cooperativa promove atividades culturais, seminários e reuniões que mobiliza a comunidade.

Para se manter no campo, em especial nos primeiros anos no assentamento, a pluriatividade foi uma estratégia econômica fundamental para a família. Durante oito anos dona Emília precisou trabalhar como doméstica para poderem alcançar uma renda mínima que atendesse às satisfações familiares. O trabalho fora da

unidade de produção familiar foi combinado com o trabalho agrícola interno conduzido pelo seu José. Como afirma Wanderley (2003) a pluriatividade é uma estratégia da família com a finalidade de assegurar a reprodução através da diversificação de suas atividades fora do estabelecimento e assim garantir a permanência da unidade camponesa como ponto de referência central para todos os membros da família.

O cultivo de produtos destinados à alimentação da família e à comercialização era de responsabilidade dos dois. Podemos perceber que a produção para o autoconsumo é uma estratégia econômica típica da agricultura camponesa, que significa a redução da dependência. A prioridade pela produção do próprio alimento faz com que tenham autonomia em relação ao mercado, não dependendo de recursos externos para garantirem significativa parte da alimentação. Como apresenta Camila, em um relato de 2001, quando tinha 12 anos e foi perguntada sobre os seus sonhos para o futuro:

“Os meus sonhos para o futuro são ter casa, luz, água, bastante comida, não precisa ser do mercado, pois a gente pode produzir em casa o arroz, o feijão, batata, mandioca, ovos, galinha, carne, legumes, verduras, queijo e muito mais.” (Camila Santos, em Terra e Liberdade, Fé e Esperança, 2001).

Como resposta aos processos de transformação econômica e social seu José e dona Emília reconstruíram sua condição camponesa, sob diversos aspectos. Diferentemente dos seus pais, eles passaram a valorizar a educação como lugar central nas tomadas de decisões do casal. Podemos perceber isso quando seu José afirma que ele *“queria pegar um pedaço de terra, tinha umas região que eu não ia me inscrever, mesmo que eu levasse uns três anos, mas não ia porque tinha um receio que nós ia pra lá e não ia resistir, ia ficar isolado.”* Como afirma Wanderley (2003) a reprodução social da agricultura familiar não pode ser explicada como a simples reprodução do campesinato tradicional.

Assim, eles permaneceram no campo como agricultores porque foi possível conciliar o estudo dos filhos com a vida no assentamento. Camila e Alessandro concluíram o ensino fundamental na escola do assentamento. O ensino médio Camila cursou em uma escola do MST se formando também em magistério. Atualmente Camila está cursando Serviço Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro, em uma turma especial do MST, na qual as aulas são organizadas por módulos, ou seja, a cada semestre são dois meses de aula e dois meses de tempo

comunidade, no assentamento. Alessandro estudou o ensino fundamental em uma escola próxima ao assentamento.

Outro aspecto fundamental para a agricultura camponesa são as relações sociais. Nos diálogos com dona Emília e seu José é notável a importância da vida em comunidade. Eles destacaram várias vezes sobre os momentos da vida social (futebol, vizinhança, brincadeiras, festividades) na época em que viviam na região noroeste do estado. Quando chegaram ao assentamento a falta da sociabilidade colocou em risco a permanência deles ali, pois não se sentiam bem em um local onde não tinham relações de amizade e convivências comunitárias. Ao estabelecerem laços afetivos e construírem relações de reciprocidade com os seus vizinhos a vida no assentamento passou a ter outro significado para eles. Assim, podemos dizer que para a condição camponesa da família em questão não seria possível existirem sozinhos enquanto camponeses, mas apenas envolvido em um conjunto de relações sociais de reciprocidade.

Apesar de terem sofrido intensamente todo o processo de avanço do capitalismo no campo a família desenvolveu estratégias socioeconômicas que possibilitou aos mesmos as condições de se reproduzirem enquanto sujeitos sociais. Como defende Ploeg (2008, p. 296): “O Império provoca e suscita respostas que criam recursos, ligações, processos de conversão e riqueza extra (por mínima que seja) que ele mesmo nunca conseguiria construir ou proporcionar”.

O estudo de caso em questão nos coloca a luz do que Wanderley (2003) nos diz a respeito do processo de modernização do campo. Para ela esse processo exigiu mudanças por parte dos agricultores camponeses tornando inviável a manutenção dos padrões tradicionais. No entanto, parte dos agricultores não se inseriu no modelo modernizante de agricultora, mas transformaram, ou melhor, reconstruíram suas bases tradicionais de fazer agricultura.

**Bibliografia:**

ABRAMOVAY, Ricardo. **O Futuro das Regiões Rurais**. 2 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

CHAYANOV, A. V. **La Organización de la Unidad Económica Campesina**. Buenos Aires, Nueva Vision, 1974 (Cap. 1, 2 e 3);

CHAYANOV, A. V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, J. G., STOLCKE, V. **A questão agrária**. São Paulo, Brasiliense, 1981;

COPTec – Projeto apresentado ao INCRA: “Projeto de Incentivo às Atividades Produtivas do Grupo “Mulheres Da Terra” para o aumento da renda familiar no Assentamento Filhos De Sepé, Viamão”, 2012.

DELGADO, Guilherme. **Do Capital Financeiro na Agricultura à Economia do Agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965 – 2012)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

\_\_\_\_\_, Guilherme. **Questão Agrária Hoje**. Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária. Ano 35. v. 01. N. 2. Edição outubro 2014.

DEPONTI, Cidonea Machado. **Intervenção para o desenvolvimento rural : o caso da extensão rural pública do Rio Grande do Sul** / Porto Alegre, 2010, 274 f. : il.

DESCONCI, Cristiano. **A busca pela terra e a migração dos colonos do Sul para o Mato Grosso**. In Historia do Campesinato na Fronteira Sul. Zarth, Paulo A. (org.). Porto Alegre: Letra e Vida: Chapecó: Universidade Federal da Fronteira Sul, 2012.

DIÁRIO DE CAMPO. Entrevistas realizadas pela autora nas datas: 21/03/2015, 29/04/2015 e 05/05/2015.

DIEL, Ricardo. **Gerenciamento de recursos hídricos: um estudo de caso no assentamento Filhos de Sepé, Viamão (RS)** / Florianópolis, 2011. Dissertação de Mestrado, UFSC.

GRAZIANO DA SILVA, José. Resistir, resistir, resistir. Considerações acerca do futuro do campesinato no Brasil. **Anais do XXXIII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**. Curitiba, 1995.

GUÉRIOS, Paulo Renato. O estudo de trajetórias de vida nas Ciências Sociais: trabalhando com as diferenças de escalas. **CAMPOS-Revista de Antropologia Social**, v. 12, n. 1, 2011.

IANNI, Octávio. **A Ditadura do Grande Capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

INCRA - Ministério do Desenvolvimento Agrário. Chamada pública para seleção de entidade executora de assistência técnica e extensão rural – ATER para as famílias assentadas no PA Viamão no estado do Rio Grande do Sul. Chamada pública INCRA/SR (11) nº 01/2012

KAGEYAMA, Ângela et. alii.(Coord.). **O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais**. In: DELGADO, G. da Costa; GASQUES, J.G.;

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. São Paulo, Nova Cultural (Coleção Os Economistas), 1986

LONG, Norman. **Sociología del Desarrollo**: una perspectiva centrada en el actor. México: Centro de Investigaciones y Estudios en Antropología Social, 2007.

MARTINE, G. & GARCIA, R.C. **Os impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo, Editora Caetés, 1987.

MARX, K. O Capital. **O processo global de produção capitalista**. São Paulo, Difel, 1982.

NIEDERLE, A. P. **Revisitando o conceito de produção simples de mercadorias**. XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária, São Paulo, 2009.

PALMEIRA, Moacir. **Modernização, Estado e questão agrária**. *Estud. av.* [online]. 1989, vol.3, n.7, pp. 87-108. ISSN 1806-9592.

PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 2013.

PREISS, Potira Veigas. **Construção do conhecimento agroecológico: o processo das famílias produtoras de arroz no Assentamento Filhos de Sepé, Viamão**. / Porto Alegre, 2013. Dissertação de Mestrado, UFRGS.

SCHNEIDER, Sergio **A pluriatividade no meio rural brasileiro: características e perspectivas para investigação**. (No prelo) A ser publicado como capítulo de livro organizado por Hubert C. de Grammont, pela Ed. Flacso, Mexico.

SILVA, José Francisco Graziano da. **Nova dinâmica da agricultura brasileira**. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, 1998. 2ª Edição

SPINDOLA, Thelma; SANTOS, Rosângela da Silva. Trabalhando com a história de vida: percalços de uma pesquisa (dora?). **Rev Esc Enferm USP**, v. 37, n. 2, p. 119-26, 2003.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos sociedade e agricultura**, v. 1, 2013.

[www.viamaoantigo.com.br](http://www.viamaoantigo.com.br), consultado em 12 de abril de 2015.